

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Setembro de 2010

**Dantas Motta, o advogado
e poeta de Aiuruoca**

**Memória dos cinemas
e edifícios de BH**

**80 anos de 'Alguma poesia',
de Drummond**

**Breve história do Norte de
Minas**

**E MAIS: contos, crônica, filosofia
e poesias.**

4

SUMÁRIO

CINEMA

Os cinemas em Belo Horizonte histórias e emoções

Matheus Chaves Jardim

4



POESIA

Belo Horizonte de concreto

Renato César Jardim

8



CONVIDADO ESPECIAL

O poeta de Aiuruoca

Manoel Marcos Guimarães

10

Noturno de Belo Horizonte

Dantas Motta

16



ENSAIO

Alguma poesia, o primeiro livro de Drummond, completa 80 anos

Gutemberg da Mota e Silva

18

A poesia e os amores de Castro Alves

José de Assis

22



POESIA

Quase nunca ouvi “te amo”

Aldina de Carvalho Soares

26

A visita (ou a viagem)

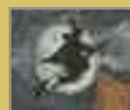
Odilon de Ávila Flores

27

Desapressado

Fernando Armando Ribeiro

28



CAPA



As carrancas (“cara grande”) são manifestações da arte popular brasileira que se desenvolveu às margens do Rio São Francisco, de modo especial a partir de Pirapora, Minas Gerais, para encimar as proas dos barcos que, em tempos remotos, navegavam em grande quantidade pelo Velho Chico. Sua inspiração remontaria às naus vikings ou as caravelas portuguesas. Misturando traços humanos com traços animais, as esculturas em madeira assumem expressão de figura mitológica indeterminada, buscando provocar grande impacto. Conforme a lenda, muito além do papel decorativo, elas têm como missão proteger os navegantes contra os maus espíritos e garantir boa pesca aos pescadores. Com a decadência da navegação no rio, perderam sua função utilitária e se transformaram em peça de decoração, sendo ainda trabalhadas por muitos artesãos.

Foto: Ivan Rodrigues, de Pirapora, MG



Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro

Belo Horizonte . MG

CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3487

magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

CRÔNICA

Líder ou servo?

José Fernandes Filho

29



ENSAIO

Do barroco ao poético

João Quintino Silva

30



ARTIGO

Julgamento de Cristo

Lúcio Urbano Silva Martins

34



HISTÓRIA

Breve história do Norte de Minas

Bruno Terra Dias

38



CONTO

C'est la vie

Rogério Medeiros Garcia de Lima

44

O goleiro na hora do gol

Renato Zouain Zupo

48



FILOSOFIA

Hegel, a razão e o ideário da Revolução Francesa

Célio César Paduani

50



EDITORIAL

Matriz cultural

Espantar os maus espíritos não é propriamente a função precípua da arte, mas os nossos artistas populares da beira do São Francisco souberam associar a sua habilidade à necessidade humana de superar medos, de criar mecanismos mentais que nos ajudem a encarar com tranquilidade os desafios do desconhecido. Da sabedoria desses artistas nasceram as carrancas, das quais nos apropriamos para a capa desta edição.

Mais que uma homenagem e um reconhecimento aos 'carranqueiros' do 'Velho Chico' e ao próprio rio, hoje tão vilipendiado, nossa capa quer também chamar a atenção para a permanente necessidade de estarmos atentos e vigilantes na preservação de nossas raízes culturais, por mais remotas que sejam. Sem o caldo acumulado dessas raízes, Minas jamais teria se transformado na valiosa matriz cultural que é hoje, seja nas várias manifestações artísticas, seja na pujança do pensamento.

MagisCultura, em seu quarto número, mantém mais do que nunca sua proposta original de dar vazão ao pensamento e à reflexão dos magistrados mineiros no campo das artes. Os textos que aqui reproduzimos continuam atestando que por trás da linguagem dura, às vezes necessariamente hermética, das sentenças e despachos, pulsa em nossos colegas juízes e desembargadores um talento literário que reflete a soma de sensibilidade com herança cultural, ambas tão caras aos mineiros.

Para completar nosso mosaico, fazemos nesta edição uma homenagem a Dantas Motta, dublê de advogado e poeta, dos melhores que este Estado já teve, e temos a grata satisfação de publicar um texto inédito dele, que faz bem a síntese de sua história, ao transformar uma petição em poesia.

Boa leitura a todos.

Bruno Terra Dias
Presidente

MagisCultura

Mineira

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Amagis - Diretoria Triênio 2010-2012

Presidente: Juiz Bruno Terra Dias

Vice-presidente Administrativo: Desembargador Herbert Carneiro

Vice-presidente Financeiro: Desembargador Luiz Audebert Delage Filho

Vice-presidente de Saúde: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Diretora-secretária: Juíza Maria Luíza Santana Assunção

Subdiretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretora de Comunicação: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretora do Centro de Estudos da Magistratura: Desembargadora Jane Ribeiro Silva

Vice-diretor do Centro de Estudos da Magistratura: Juiz Luiz Guilherme Marques

Diretores Culturais: Desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes, Juíza Mariângela Meyer Pires Faleiro e Juiz Mauro Simonassi

Conselho Deliberativo: Desembargador José Nepomuceno Silva (presidente), Juiz José Aluísio Neves da Silva (vice-presidente) e Juiz Michel Curi e Silva (secretário)

Assessores Especiais da Presidência: Juiz Nelson Missias de Moraes, Juiz Lailson Braga Baeta Neves, Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador Tiago Pinto, Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros e Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina

Assessor de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

Conselho Editorial: Juiz Maurício Torres Soares (presidente), Desembargador Célio César Paduani, Juiz Daniel César Botto Collaço, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juiz Renato César Jardim, Desembargador Sérgio Braga, Jornalista e escritor Carlos Herculanio

Diretor da Revista: Juiz Renato César Jardim

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

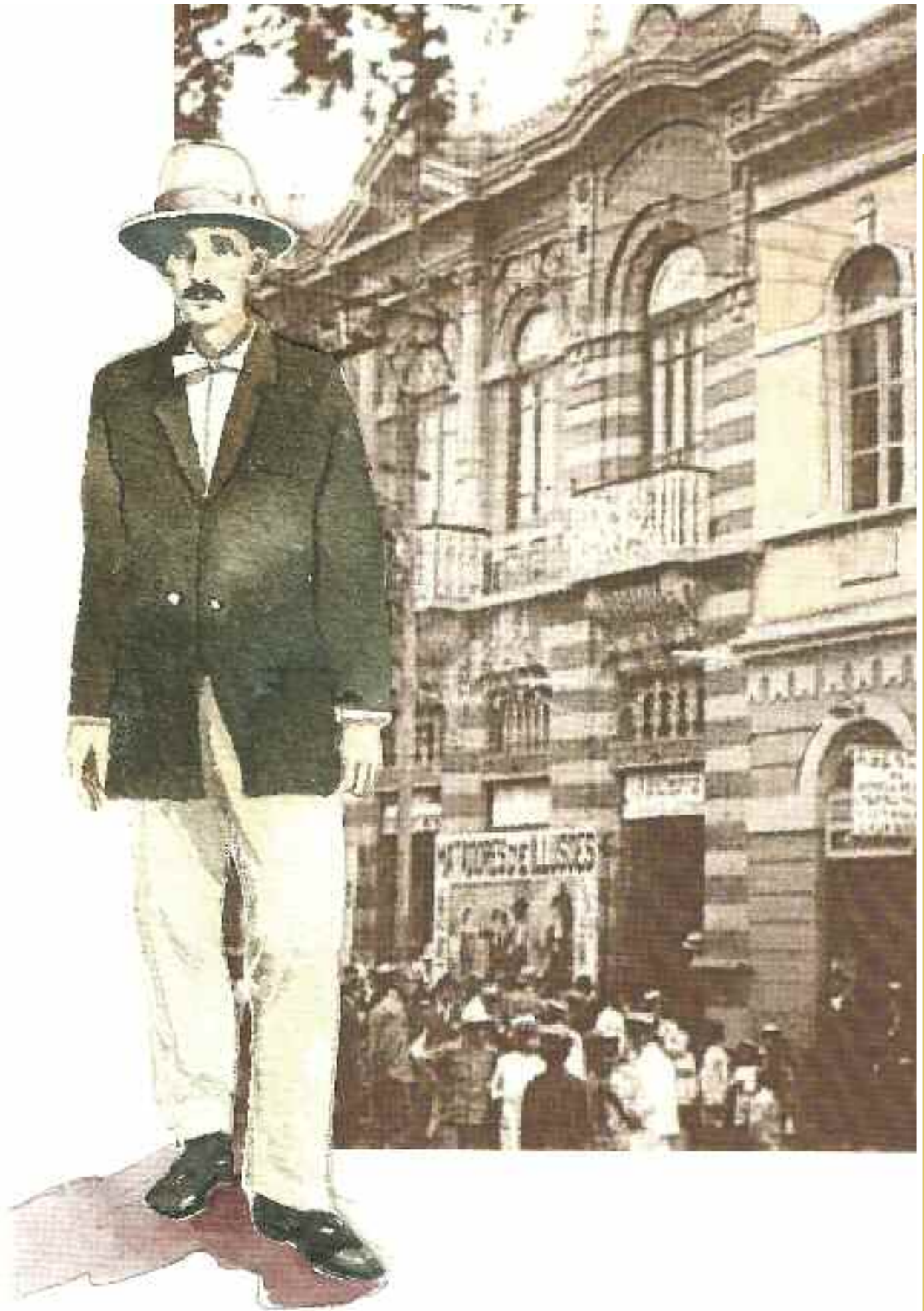
Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (www.comunicatio.com.br)

Ilustrações: Sandra Bianchi

Impressão: Rede Editora Gráfica

Tiragem: 2.500 exemplares

Envio de textos para publicação: leia normas na terceira capa



Os cinemas em Belo Horizonte histórias e emoções

Matheus Chaves Jardim
Desembargador do TJMG

No ano de 1912 erguera-se em Belo Horizonte a mais famosa construção destinada a abrigar casa de projeção cinematográfica. Localizado à Rua da Bahia, quase na esquina com Av. Afonso Pena, espaço atualmente ocupado pela Galeria Saad, caracterizara-se o Cine Odeon como ponto de encontro da população jovem da capital do estado, constituída, em sua maioria, por “almofadinhas” e “mademoiselles”.

Os periódicos da época noticiavam as constantes aglomerações formadas à porta do estabelecimento ao início das sessões, comparáveis, na visão do articulista Victaes, em crônica publicada no ESTADO DE MINAS de maio de 1920, a verdadeiro “estouro de boiada”, tais as dimensões do frenesi coletivo propiciado pelas produções cinematográficas recém produzidas na América e Europa.

A comoção provocada pelo fechamento do Odeon, em 1928, pode ser dimensionada pelos lamuriosos versos de Carlos Drummond de Andrade, poeta “submergido no funeral de sombras no lutuoso mês de janeiro de 1928”, como ele próprio se definira no desfecho do poema parcialmente transcrito:

*Fechado o Cinema Odeon, na Rua da Bahia.
Fechado para sempre.
Não é possível, minha mocidade
Fecha com ele um pouco.
Não amadureci ainda bastante
Para aceitar a morte das coisas
Que minhas coisas são, sendo de outrem,
E até aplaudi-la, quando for o caso.
Amadurecerei um dia?*

(*Fim das Coisas*. Belo Horizonte. PBH / Secretaria Municipal de Cultura /1995).

Bem menos elegantes e sofisticados, os também precursores cines Comércio e Progresso, situados, respectivamente, às ruas dos Caetés e Espírito Santo, ofereciam à assistência a formidável sonorização da orquestra de José Nicodemos. De sua vez, o Cine Avenida, localizado na Av. Afonso Pena, onde hoje se situa a Associação Comercial de Minas Gerais, dotado de 900 lugares, sendo 425 na platéia, 334 nas galerias e 26 camarotes, promovia as estreias das tão aguardadas produções hollywoodianas. O Floresta Cinema, inaugurado em 1915, localizado na esquina das ruas Itajubá e Pouso Alegre, constituía marco inicial da expansão das salas de projeção aos bairros da capital.

Ainda na década de 1920 fizeram-se inaugurar na região central de Belo Horizonte os cinemas Pathé, Popular, América e Glória, registrando-se, neste último, no ano de 1928, infausto

incidente a levar às páginas policiais personagens de abastadas famílias belo-horizontinas. Derivara-se o imbróglio da proibição de ingresso à sala de exibição de senhoritas com idade inferior a 18 anos, às quais fora vedada a exibição do filme *Rosie Marie*, com Joan Crawford. O episódio rendera ensejo à publicação de nota de advertência à empresa Gomes Nogueira, na edição do ESTADO DE MINAS de 27 de outubro de 1928:

Para evitar que isso se reproduza é necessário que a empresa proprietária de nossos cinemas mencione, nos programas que faz publicar nos jornais, os “films” que não podem ser assistidos por menores.

Som no Brasil, irreverência no Pathé

Sob o influxo da sonorização das salas, fora inaugurado, em 1933, o Cine Teatro Brasil, gigantesca casa de espetáculos destinada à apresentação de grandes eventos dramáticos, musicais e cinematográficos. Projetada pelo arquiteto Ângelo Murgel, a construção – toda em *art déco*, constituída por 2.000 assentos, oito pavimentos dotados de vitrais coloridos, espelhos e mármore – representara o símbolo da pujança da moderna capital mineira. Na edição do ESTADO DE MINAS de 24 de dezembro de 1933, foram tecidas referências elogiosas ao recém inaugurado empreendimento, alçado ao patamar de maior sala de exibição cinematográfica da América do Sul:

A grandiosidade de suas linhas, a magnificência de suas maravilhosas instalações, enaltecem a nossa capital, dando-nos um dos mais belos edifícios que uma grande metrópole possa possuir, glorificando sobremaneira os seus incentivadores.

O antigo Teatro Municipal, localizado na confluência das ruas Goiás e Bahia, fora remodelado por Raffaello Berti no ano de 1942, passando a ser designado Cine Metrópole. A antiga fachada externa, concebida pelo arquiteto Eurico de Paula, fora integralmente preservada, remanescendo inalterado o suntuoso interior da construção, composto por três espaçosos andares, acessíveis por escadaria aveludada, a assemelharem-na às Casas de Ópera vienenses. Os jogos de luzes laterais prenunciavam o início das exibições e a plateia, absorta pela beleza inigualável das cores, regozijava-se ante a deliciosa expectativa de rever os astros da Warner, 20th Century Fox, Metro, Paramount e Universal. Impiedosamente demolido em 1983, o Cine Metrópole dera lugar a agência bancária. Curioso presságio drummondiano.

O Cine Pathé, localizado à Av. Cristóvão Colombo nº 315, fora inaugurado no ano de 1948 e, a princípio, não se destinara

à exibição de filmes de arte. Tal especialização se dera no ano de 1966, a partir da exibição de *Cidadão Kane*, no dia 1º de julho, às 22h, como esclarece a professora Celina Albano na formidável obra *Cine Pathé*, inserta na série *BH - A Cidade de Cada Um* (Cine Pathé/Celina Albano; [organizadores José Eduardo Gonçalves e Sílvia Rubião]. – Belo Horizonte: Conceito, 2008). Relata-nos a autora, inclusive, as divertidíssimas incursões da famosa “Turma da Savassi” ao terraço frontal do cinema ao propósito de alteração jocosa dos títulos de filmes levados a exibição, postando diante da população incrédula expressões trocistas derivadas da nomenclatura original: ‘A ligeira briga da cagada’ (*Carga da Brigada Ligeira*), ‘Jacinto na merda’ (*O Jardim Encantado*) ou ‘As putas do senhor rei’ (*As Pupilas do Senhor Reitor*).

“Nas tardes de domingo, duas enormes filas se encontravam na esquina das ruas dos Goitacazes e Rio de Janeiro, impregnando de bucolismo o centro da cidade...”

Cinema em família

As ruínas do Cine Candelária, inaugurado no ano de 1952, podem ser ainda vistas na Praça Raul Soares, como a evocar aos saudosos espectadores todo o glamour da imponente sala de projeções, dotada de 2.000 assentos reclináveis e à qual acorriam famílias inteiras, embaladas pelo encanto da descomunal fonte de águas a delimitar o eixo central da cidade. Recordo-me de haver assistido no Candelária, num chuvoso domingo de 1967, em sala de exibição absolutamente lotada, o longa metragem *Evangelho Segundo São Mateus*, produção em preto e branco de Pier Paolo Pasolini, na qual a figura de Cristo fora retratada de forma humanitária, expressando-se, por vezes, em tom raivoso ante a sombria constatação da hipocrisia e da falsidade dos homens.

A concavidade da tela, a propiciar a exibição de filmes em cinerama, aliada à potente qualidade sonora, ensejaram ao Guarani, na Rua da Bahia, no prédio que foi sede do Clube Belo Horizonte e hoje abriga simultaneamente uma unidade da Polícia Militar e o Museu Inimá de Paula, a exibição de superproduções dotadas de efeitos especiais, desfilando aos olhares atentos da plateia inimaginável sucessão de imagens portentosas, ora remetendo-nos ao circuito de Mônaco, pelo qual as baratinhas envenenadas de James Garner e Yves Montand circulavam barulhentas em *Grand Prix*, ora impulsionando-nos ao espaço sideral, de onde fora possível contemplar todo o esplendor do planeta Terra ao som da valsa de Strauss, em *2001 Uma Odisséia no Espaço*. Aliás, a propósito da obra de Kubrick, fazia-se necessária a distribuição de folhetos explicativos na portaria do cinema, editados pela própria MGM, para tornar inteligíveis ao público perplexo as origens de intrigante monolito negro, emissor de ensurdecadora sonorização aguda a afligir os astronautas desembarcados na estação espacial de Júpiter.

Nas tardes de domingo, na década de 1960, duas enormes filas se encontravam na esquina das ruas dos Goitacazes e Rio de Janeiro, impregnando de bucolismo o centro da cidade, hodiernamente dominado por mendicantes e guardadores de veículos. Era a fusão do público ávido a adentrar aos cinemas Jacques, à Rua dos Tupis, e Palladium, à Rua Rio de Janeiro, em esplendoroso desfile de minissaias, golas rolês e calças saint tropez.

Memória preservada

Muito ainda poderia ser dito acerca dos cinemas da capital ao propósito de divisar-lhes a localização, distingui-los em consonância ao gênero das películas exibidas ou ressaltar-lhes o estilo arquitetônico das fachadas. Todavia, a elaboração da presente narrativa destinara-se a trazer a conhecimento dos leitores inigualável pesquisa elaborada em 1995 pelo Centro de Referência Audiovisual de Belo Horizonte (Crav), cuja publicação integrara as atividades comemorativas do centenário do cinema realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte naquele ano. Sob o singelo e sugestivo título *Fim das Coisas*, enumera a obra, cronologicamente, todos os cinemas abertos na capital, sendo empreendida análise histórica sobre as circunstâncias a determinarem o surgimento de cada uma das salas de exibição a partir do início do século passado.

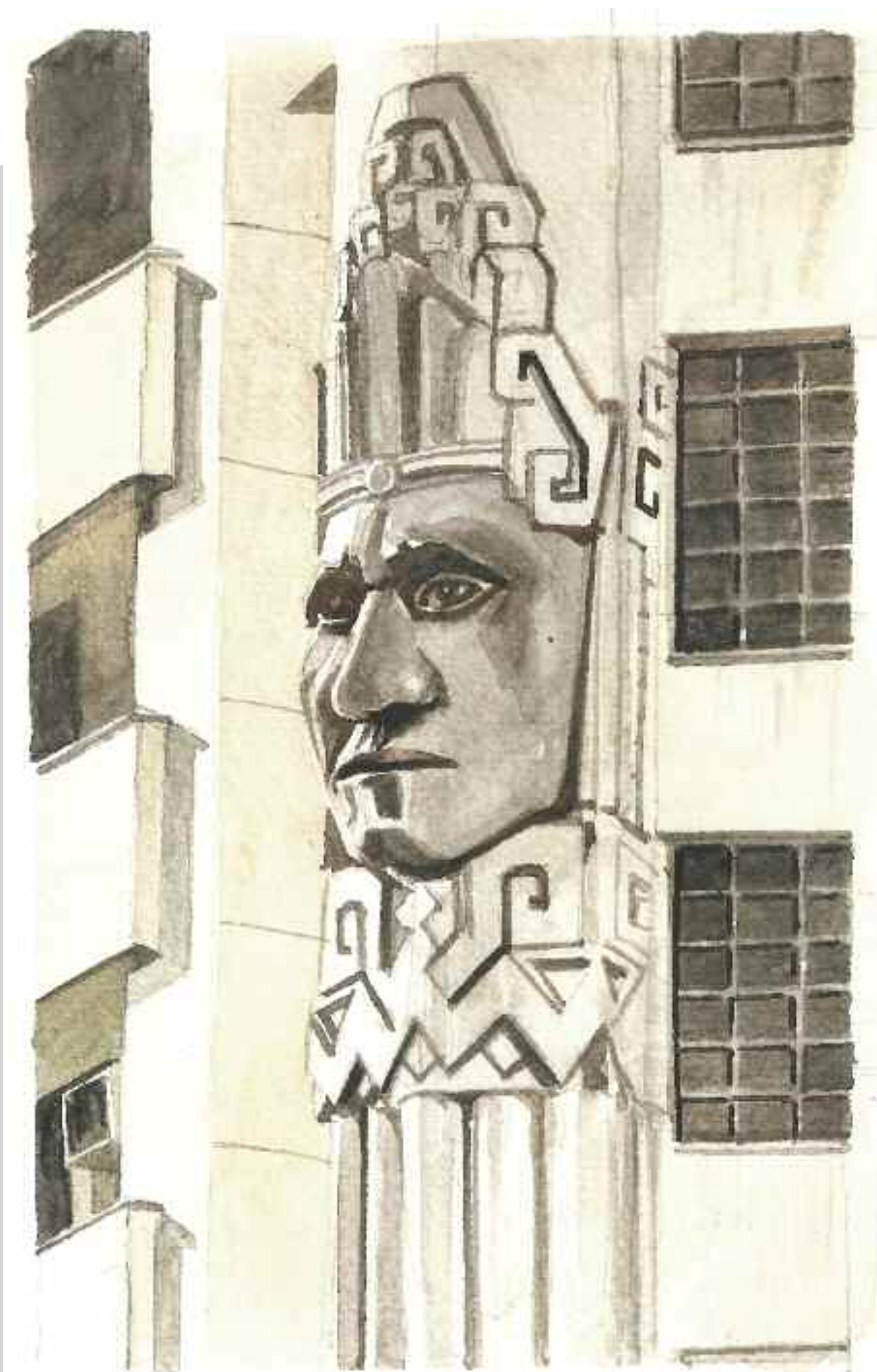
Compõem a obra cinco extensos capítulos, permeados por raríssimo acervo fotográfico, nos quais são retratados os primeiros cinemas centrais, a expansão e o apogeu da cinemato-

grafia em Belo Horizonte e, por fim, a decadência das salas de exibição. Rogando permissão aos idealizadores do estudo, Ataídes Braga, Rodrigo Ferreira Andrade, Maria Antonieta Antunes Cunha e José Márcio Barros, passo à transcrição das datas de inauguração e encerramento de cada um dos cinemas da capital, para o deleite de cinéfilos, historiadores, arquitetos e amantes da cultura belo-horizontina.

Nome	Inauguração	Fechamento
Odeon	28.02.1912	02.01.1928
Comércio	? 1909	19.04.1925
Avenida	07.09.1910	?
América	01.11.1919	?
Floresta	06.02.1915	25.10.1955
Popular	31.12.1919	?
Pathé	07.02.1920	15.01.1933
Paris	27.09.1927	02.01.1928
Democrata	08.11.1927	30.10.1956
Roxy	22.05.1957	01.04.1995
Glória	28.07.1927	21.08.1957
Brasil	14.07.1932	?
Paissandu	08.12.1937	13.08.1958
América Novo	02.05.1934	11.03.1954
São Carlos	12.04.1939	09.02.1980
São Luiz	25.02.1942	04.03.1956
São Sebastião	04.03.1942	02.07.1946
Bagdad	05.11.1942	29.12.1946
São José	16.05.1942	14.02.1980
Metrópole	07.05.1942	26.05.1983
Leão XIII	04.03.1943	31.10.1959
Guarani	21.01.1945	31.03.1980
Acaiaca	07.10.1948	?
Santa Teresa	20.05.1944	12.02.1980
Vitória	14.10.1944	01.08.1961
Santa Efigênia	04.08.1945	22.02.1981
Floresta Novo	03.06.1948	03.03.1980
Eldorado	24.02.1945	14.02.1980
Pax	14.12.1946	07.02.1948

Nome	Inauguração	Fechamento
São Geraldo	19.04.1947	27.07.1980
Odeon	19.07.1947	16.12.1995
Rosário	01.11.1947	05.02.1972
Serrador	27.12.1949	01.04.1962
Pathé	08.05.1948	18.04.1999
Jacques	26.04.1950	?
Arte	12.10.1950	?
Candelária	11.12.1952	?
São Cristóvão	14.03.1953	09.02.1980
Minas Tênis	03.09.1954	15.05.1955
Progresso	23.03.1954	23.02.1980
Padre Eustáquio	13.04.1954	11.07.1980
Art-Palácio	13.01.1954	05.01.1992
Amazonas	28.09.1955	29.06.1983
Independência	27.12.1955	23.02.1980
Alvorada	25.09.1958	31.08.1983
Renascença	31.10.1955	01.05.1957
Capitólio	31.10.1965	17.05.1968
Casbah	21.06.1958	22.11.1962
Riachuelo	03.11.1958	12.12.1961
Lafayette	19.11.1958	14.10.1980
Astória	16.07.1961	22.11.1962
Pedro II	19.09.1964	15.04.1972
Pompéia	28.03.1969	30.08.1970
Palladium	31.07.1963	?
Nazaré	11.06.1970	31.01.1994
Regina	01.11.1971	?
Texas	14.04.1973	?
Montanhês	31.05.1973	24.07.1974

“Muito ainda poderia ser dito acerca dos cinemas da capital.”



Belo Horizonte de concreto

Renato César Jardim

Juíz de Direito em Belo Horizonte

Olha esta cidade centenária
Uma densa aridez de argamassa
Rebocos antigos, existência precária
Nada é concreto no tempo que passa.

Neutraliza-te da cegueira coletiva
De não ver na intensidade
O que faz parte da vida ativa
As construções de tua cidade.

Não percebes em teu nariz
Nesta vida padronizada
Nem ao menos pequeno triz
Do antes fora vanguarda.

Permita-me na licença dos bardos
Um pingo de prosa insana
Falar-te dos inanimados
De seus laços com a vida humana.

Imponentes em fases distintas
Conjuntos cubo-futuristas
Pastilhas invés de tintas
Arranha-céus plasticistas.

Falemos da velha guarda
Primogenia do Ibaté
Enquanto a morte o aguarda
Na bengala se firma de pé.

Da evocação ufanista
Nos motivos nacionais
Um basta ao mundo fascista
Emergem os prédios tribais.

Acaiaca o céu riscando
Em torres descomunais
Nos estúdios abrigando
A TV que não há mais.

Indaiá é luxo puro
Na altura de seus ares
Em seu estilo maduro
Orgulha a Raul Soares.

Não viste o Casablanca
Protegido de risco etéreo?
A todos os outros desbanca
Tem abrigo antiaéreo.

Veja quanta singeleza
No Guimarães ancião
Da primeira Cultura Inglesa
Do consulado bretão.

Olha este Hotel Magnífico!
Pecaminosos amores noturnos
Merece brasão honorífico:
"rei dos jovens de coturnos".

A porta está fechada
Subsiste, por quê não se vai?
Resignado não serve a nada
O Balança-mas-não-cai.

Não te assustes, tenha calma!
Acostuma-te com a cidade
Agora carregas na alma
O que transpõe tua idade.

Repara neste Alcazar
Um estilo pioneiro
Obra prima a enraizar
Homem ítalo-brasileiro.

Quantas mais destas obras
Da arquitetura vertical
Emolduram quadras sem sobras
Em toda área central.

JK, Maleta, Santana,
Niemeyer, Copacabana,
Tambaú, Radar, Mariana,
Lutetia, Levi, Sagarana.

Permanece na fria saudade
De horizonte vermelho
A vanguarda do Randrade
décor de Luiz Pinto Coelho.

A Berti que ao tempo perdura
Principal dos arquitetos
Agradece a cidade madura
Irreprocháveis projetos.

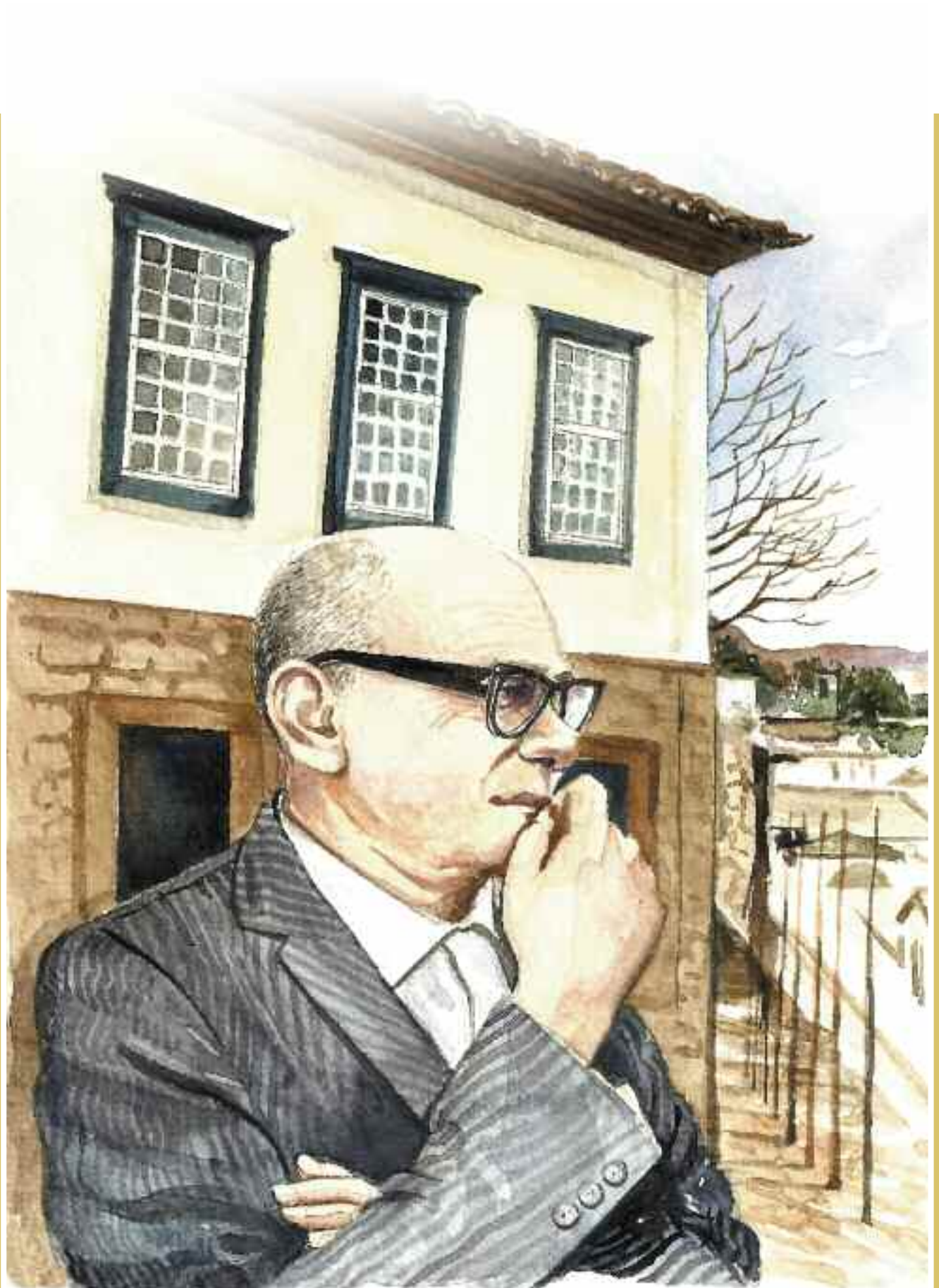
Marconi na cultura
Cúria Metropolitana na fé
Nossa Casa a Prefeitura
Felício Roxo o que é.

Desarmado agradece o concreto
A Signorelli, Hardy, Machado,
Arquitetos de um grupo seletivo
Mestres de um tempo passado.

Aos poetas da engenharia
Que versejam nas linhas do prumo
Lenine Savini e a magia
Das vigas que tomaram rumo.

Não falei de trovadores
Literatos e seus ofícios
Falei-te de construtores
De homens e seus edifícios.

Poema citado no discurso da Professora Silma Mendes Berti na festividade que celebrou publicamente a inserção do acervo arquitetônico de Raffaello Berti ao Museu Abílio Barreto, em ato solene ocorrido na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.



O poeta de Aiuruoca

Manoel Marcos Guimarães
Jornalista

“Você já leu Dantas Motta?”
“Carece.”

A pergunta e a resposta são de Mário de Andrade, em diálogo com o crítico Sérgio Milliet, que à época ainda não havia lido nada de José Franklin Massena de Dantas Motta, o ‘poeta de Aiuruoca’. Depois da leitura, Milliet concordou: “Dantas Motta não hesitou em descer ao abismo mais pobre e mais perigoso, e o que de lá nos trouxe é de espantar, é de assustar. Mário de Andrade tinha razão: carece ler”.

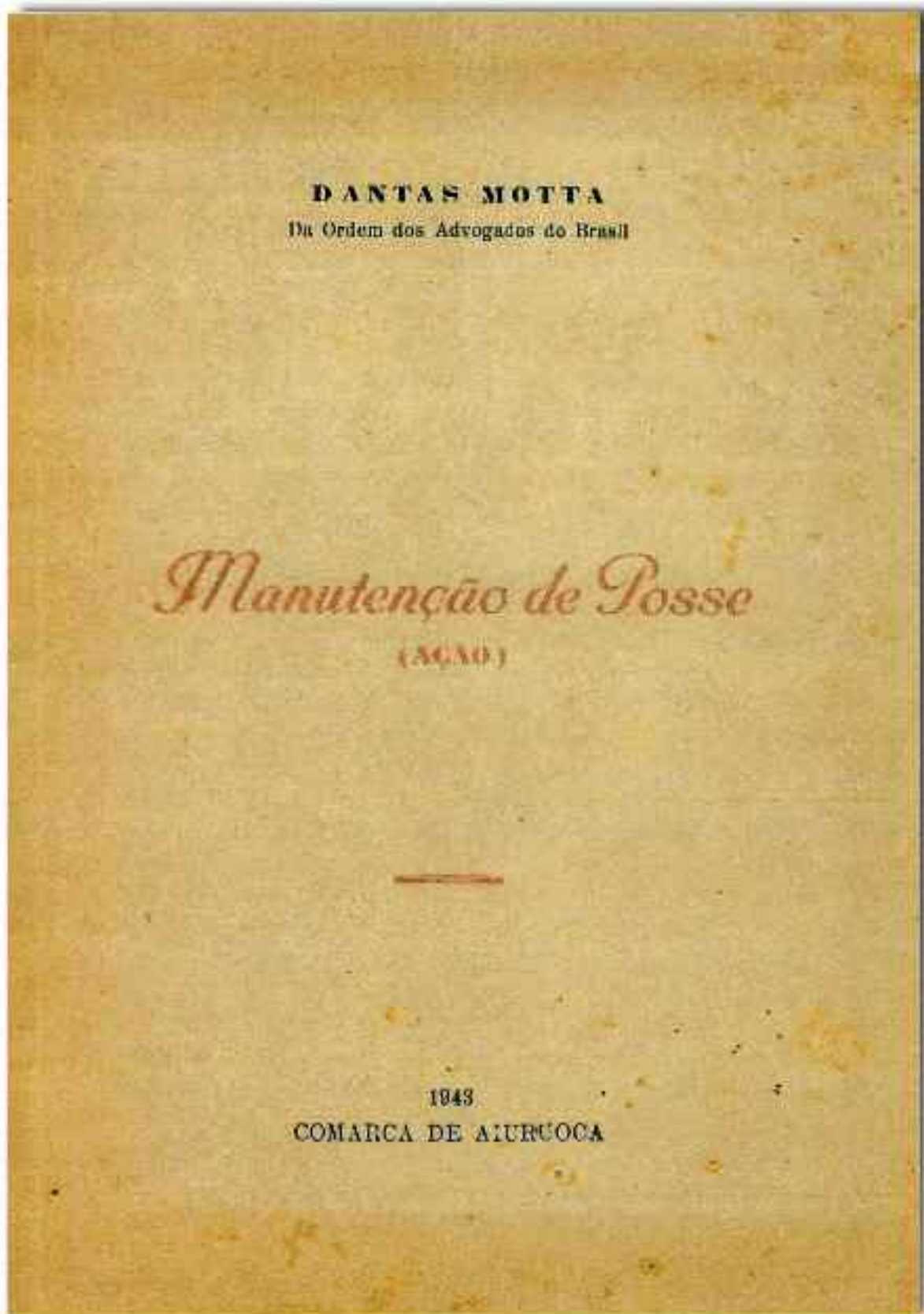
Nascido no então distrito de Carvalhos em 1913 e falecido em fevereiro de 1974, o poeta foi reverenciado por escritores e críticos, mas jamais se tornou um poeta de grande número de leitores, seja pelo seu estilo único, nem sempre de fácil assimilação, seja pela sua opção de permanecer na querida Aiuruoca e longe dos grandes centros literários. Advogou em todo o Sul de Minas e tornou-se ali um dos mais conhecidos e temidos advogados de júri, pelo estilo irônico e contundente de suas intervenções. Atuava na política local e chegou a disputar, sem sucesso, uma cadeira de deputado.

Alguns dias após a morte de Dantas Motta, Carlos Drummond de Andrade escreveu sobre ele: “De caligrafia difícil, de coração fácil. De queijos oferecidos, de sonhos parlamentares frustrados, mas de que parlamento precisava, se em Poesia falava tudo, intemporal e direto, ao ritmo vagaroso das boiadas, do mugido a soar como lamento, lamento a vibrar como reprovação? Das grandes cidades queria só os amigos, que no mais o município lhe bastava, entre 15 mil livros e cartas.” É também de Drummond a frase: “Se tivéssemos que escolher um poeta para representar cada estado, o de Minas seria Dantas Motta”.

Suas obras mais importantes são *Planície dos Mortos* (1945), *Elegias do País das Gerais* (1946), *Anjo de Capote* (1953), *Epístola de São Francisco* (1955) e *Primeira Epístola de Jm. Jzé. da Sva. Xer.*, o *Tiradentes, aos ladrões ricos* (1967), que causou muita polêmica à época, pelo estilo adotado e por associações feitas de seu conteúdo ao momento político então vivido pelo país, em plena ditadura militar. Em 1988, sua obra poética foi reeditada pela Editora José Olympio (Coleção Resgate, nº 6), em um único volume, sob o título *Elegias do País das Gerais – Poesia Completa*.

Nesta edição, reproduzimos seu poema *Noturno de Belo Horizonte* e um texto inédito, cedido a *MagisCultura* por um de seus filhos, Lourenço Dantas Mota, editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo*. O texto, redigido em português arcaico, foi incluído por Dantas Motta como preâmbulo à defesa que apresentou em uma “Ação de Manutenção de Posse”, em 1943, em resposta ao advogado da parte contrária, que era também o autor da ação e o acusara de “ser pouco versado na portugueza língua e falto de ética profissional”. Incluímos também a parte final da exposição, em que ele solicita a aplicação de sanções ao seu adversário, pela prática de ‘chantage’ forense.

“Dantas Motta não hesitou em descer ao abismo mais pobre e mais perigoso, e o que de lá nos trouxe é de espantar, é de assustar. Mário de Andrade tinha razão: carece ler.”



DOCUMENTO À GUIZA DE EXPLICAÇÃO

"... e assim fiz muitas diligencias por achar quem me escrevesse esta Relação, a qual dedico a vossas merces; porque como vão nella tão intereçados, conhecerá o leitor com quem deva estar ajustada a verdade, pois me atrevo a dedicalla aos mesmos que obrarão tudo o que nella se contém.

Servãose pois vossas merces de a apadrinharem: que eu saberei convocar os engenhos e empregarme no serviço de vossas merces".

(Lourenço de ANVERS—"Relação de Tudo o Que se passou na Felice Aclamação do Mui Alto e Poderoso Rey DOM JOÃO IV. Nosso Senhor, cuja Monarchia Prospere Deos por largos Annos.")

Em junho de 1943, veio o senhor Doutor Alberto Cavalcanti Barrêto de Almeida e Albuquerque (1), de Barra Mansa ou Bananal de S. Paulo, a esta cidade de Aiuruoca; e em quanto se chegava a hora de eu falar nesta causa, em que havia tanto tempo elle engendrava, aquelle mui pouco illustre senhor me offendeu, fallando, à bocca pequena, ser eu pouco versado na portugueza lingua e falto de ética profissional.

E como se ocultou elle de ser rabula nestas comarcas, na immundade dos trinta minutos da Audiencia presidida por Sua Excelencia o Senhor Doutor Manoel do Bonfim Freire, mui nobre Juiz de Direito desta comarca do Itatyia, e como tambem o Código Penal destas Republicas dos Estados Unidos do Brasil falla que não são puniveis as injurias compensadas, sou forçado, mui contra gosto, a responder-lhe, pois Deos Nosso Senhor nos livre de incorrerem nos ditos do povo que "QUÊ CALA CONFENTE".

Pois levado de Gran Amor com que venero essa serenissima Casa de Raphael Magalhães e do zelo com que hei sido distinguido pelos meus illustres concidadãos, fiz muitas diligencias por ver se na nossa vida de advogado pobre e humilde de roça temos andado mal e graças a Deos não.

Posto que o Dr. Alberto Cavalcanti B de A e A haja, por um erro de perspectiva, soffismado do nosso mui sincero proceder, cremos nós tratar-se de um injustificavel engano de Sua Excelencia, projetando sobre nossa modesta quã honrada pessoa as duvidas que elle tem acerca de si proprio; e nesse particular que o diga de cadeia o Doutor Avellar Fernandes, com cuja linguagem o diabo se avenha.

Pretendeu o mui illustre Senhor Doutor Alberto C B de A e A, que tenhamos empregado mal um verbo, embora estajamos ver-

tando questões de direito e não de vernáculo. Verdade seja dita, todavia, que não quizeamos empregallo tal como redigido está.

Acontece, não raro, trahidos pela insensibilidade mechanica da machina, escrevermos errado e lermos certo. Intelizmente, temos tido pouco tempo para cuidarmos das coisas da lingua e muito nos tem preocupado o direito, do qual sómos eternos discípulos e o Dr. Alberto é bedel.

Entretanto, lamos allures que os que mais se preocupam no difficil manejo da portugueza lingua, empregaram tais construções, coma sóe registrar Mestre Ruy, em sua "Réplica", de entre outros, os seguintes exemplos:

"TENTARAM DIFAMAREM DE MIM, PARA INDIGNAREM VOSSA ALTEZA". (Apud. Dr. Carneiro, "Gram.", pag. 35).

"NÃO SOEM ELLAS FAZEREM-SE DE BALDE." "Meninas e Moça", pag. 35 — Bernardim Ribeiro).

"BASTAM OS FRIOS DE COIMBRA, PARA SATISFAZEREM A VONTADE DE MEUS AMIGOS". (Vieira).

"NÃO PODEM SEREM EM UM ACORDO". ("D. João, I, c. 5" Azurara).

"OH! NEPTUNO, LHE DISSE, NÃO TE ESPANTES DE RACHO NOS TEUS REINOS RECEBERES." (Camões).

Donde se conclue que pode ser dezarmônica a nossa construção, como quer o douto *philólogo* (sic) Alberto Cavalcanti. Mas dizer-se que ella é errada revela que elle sim é que desconhece o vernáculo e não eu que, embora pouco o conheça, contudo forçoso me é reconhecer que o conheço bem mais que elle.

Mas não ficou por aí o illustre philólogo Alberto. Foi mais além, pondo em foco a sua idade de sexagenario com a minha proxima e deixat a risonha casa dos vinte, como que a dizer que idade tam-bem significa atestado. Todavia cumpre ponderar que a velhice do illustre advogado em causa propria é daquelas de que judiciosamente falla Machado de Assis nas "Memorias Postumas de Braz Cubas": *por ser ridicula, e, por ventura, a mais triste e depra-deira surpresa da natureza humana*.

AIURUOCA, 28-7-943.

J. DANTAS MOTTA.

—17—

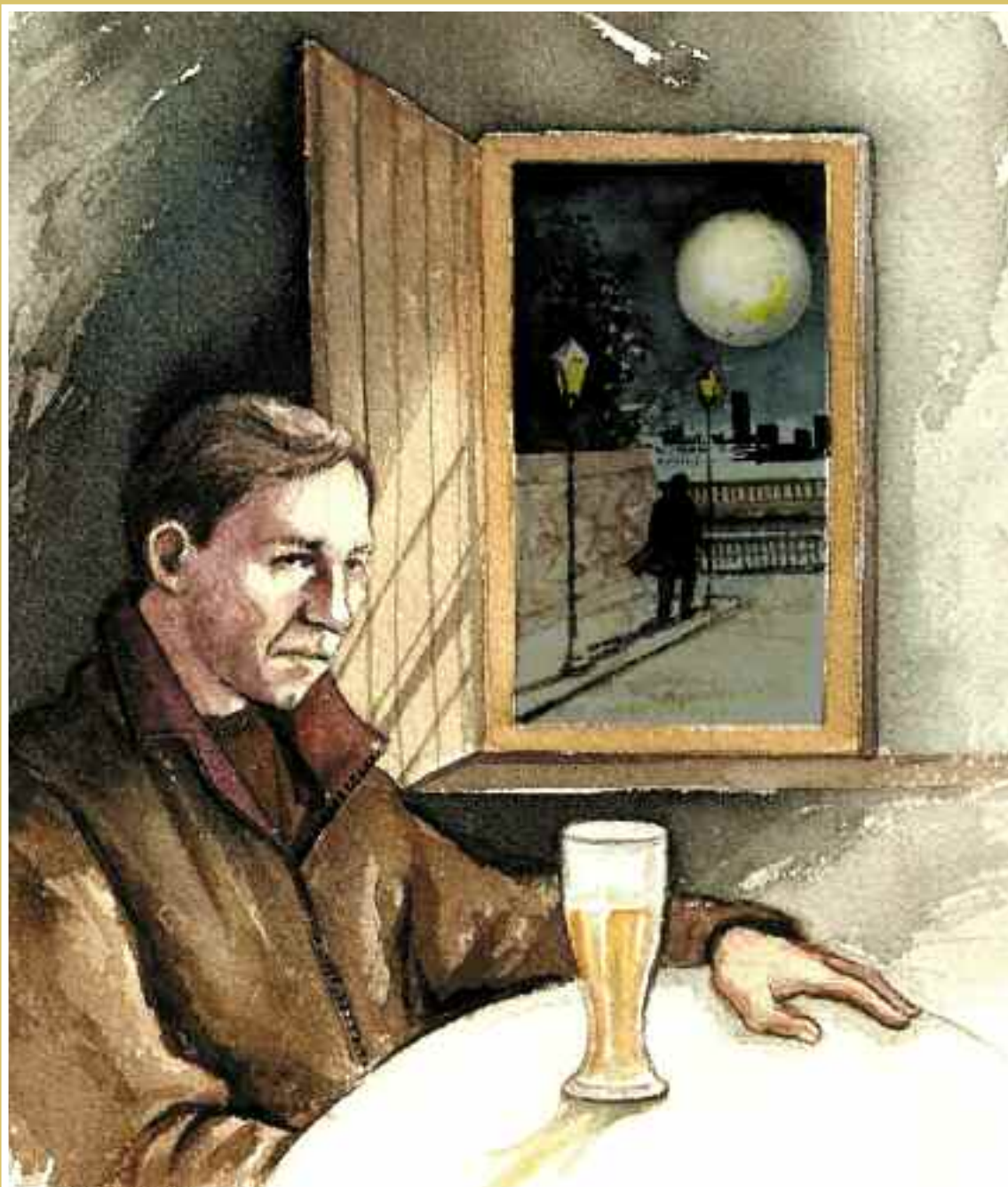
MM. Juiz:

Não é mesmo do meu feitio proceder contra colégas, irmãos neste duro ministério, que possui um profundo sentido social. Agindo, porém, em cumprimento de um mandato, eu o trairia se não o cumprisse integralmente. Na certeza absoluta de estar defendendo um direito inconsteste, pois ainda poderia alegar, caso ele não se apresentasse tão nitido e tão claro, um conflito de provas, cuja dúvida redundasse em benefício do Réu, se possível fosse haver termo de comparação entre as testemunhas de ambas as partes que depuzeram no presente feito, na certeza, repito, de estar, para minha alegria interior, defendendo a verdade, é que requero sejam aplicadas ao Autor Versão as sanções do Artº. 63, parágrafos e inclusive o 3º, para que seja, de uma vez por todas, proibida, neste fóro, pelo Dr. Alberto Cavalcante Barreto de Almeida e Albuquerque, a pratica de semelhantes atos, equiparados, no dizer de Jorge Americano, a uma verdadeira "chantage" forense.

Ratificando, integralmente, os termos de nossa Contestação de fls. 40, espero em que V. Excia., que tão bem tem dignificado a magistratura de meu Estado, honrado, como os que mais o honrem, as suas tradições de cultura e profundo senso jurídico, mais uma vez pratique no bom sentido a

JUSTIÇA!**J. DANTAS MOTTA**

Insc. 1.902



Noturno de Belo Horizonte

Dantas Motta

O chope não me traz o desejado esquecimento
Os insetos morrem de encontro à lâmpada
Ou se açoitam no sofrimento destas rosas secas.
Vem do Montanhês este ar de farra oculta,
Bem mineira, e um trombone, atravessando
A pensão "Wankie", próxima à Empresa Funerária,
Acorda os mortos desolados na Rua Varginha.
Uma lua muito calma desce do Rola-Moça
E se deita, magoada, sobre os jardins da Praça,
O telhado do Mercado Novo, o bairro da Lagoinha.
Tísicos bóiam que nem defuntos na solidão
Dos Guaicurus. O próprio noturno de Belo Horizonte
Tem lá suas virtudes: nas pensões mais imorais
Há sempre um Cristo manso falando à Samaritana.
As mulheres do Norte de Minas, uma de Guanhães,
Duas de Grão-Mogol e três da cidade do Serro
Mandam ao ar esta canção intolerável
Que aborrece até mesmo o poeta Evágrio.
Pobre Evágrio, perdido na estação de Austin.
Triste e duro como uma garrafa sobre a mesa.
Entanto nada indica haja tiros, facadas, brigas
De amantes na Rua São Paulo, calma e sem epístolas.
O Arrudas desce tranqüilo, grosso e pesado,
Carregando cervejas, fetos guardados, rótulos de
Farmácia, águas tristes refletindo estrelas.
Tudo, ao depois, continuará irremediavelmente
Como no princípio. Somente, ao longe,
Na solidão de um poste, num fim de rua,
O vento agita o capote do guarda.

De Planície dos Mortos (1945)



Alguma poesia, o primeiro livro de Drummond, completa 80 anos

O banquete de lançamento no Automóvel Clube de Belo Horizonte, com muita bebida e algazarra, reuniu a fina flor da intelectualidade mineira e teve discursos bem humorados de Milton Campos e do poeta.

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG

Era Belo Horizonte, em 1930, escreveu Guilhermino César, uma “capitalzinha funcionária (cerca de 80 mil habitantes)”, na qual “uma paz burocrática, sem pressa, absorvia tudo”. As árvores da Afonso Pena “ressoavam de pardais e de grilos e lá para os lados da Avenida Paraúna, ao anoitecer, apenas um bonde teimava em subir a colina, rangendo”. Carlos Drummond de Andrade, em *Vamos ver a cidade*, crônica de 18 de maio de 1930, observou: “Na Rua Piauí há cadeiras de palhinha pelas calçadas. ‘Como eu estava dizendo ontem...’ começa o chefe de seção em atividade para o chefe de seção aposentado, este último também republicano histórico. É uma conversa que veio de Ouro Preto com a Capital, e ainda não terminou. Enquanto isso, as moças fazem o *footing* na Av. Paraúna, cujo asfalto brilha como um sapato novo”.

Na verdade com 116.981 habitantes (a Av. Paraúna virou Av. Getúlio Vargas em 1938), era assim a capital mineira, pequena, pacata, romântica, com vida intelectual centrada na lendária Rua da Bahia, quando Drummond, com 27 anos, lançou, há 80 anos, seu primeiro livro, *Alguma poesia* (o título cogitado era “Minha terra tem palmeiras”), projetando um dos seus mais famosos e controvertidos poemas, *No meio do caminho*, escrito provavelmente em 1924, primeiramente publicado, em julho de 1928, na *Revista de Antropofagia*, nº 3, de São Paulo, e impulsionando sua densa e gloriosa trajetória literária, de muita poesia e muita prosa também.

O poeta já havia publicado vários dos poemas do livro, desde 1923, conforme pesquisa de Fernando Py, e crônicas, sob pseudônimos, sobretudo no *Diário de Minas*, órgão oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM), e no *Minas Gerais*, órgão oficial dos poderes do Estado, e fundado, com o poeta Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida e Gregoriano Canedo, A *Revista* (1925/26), expressão mais evidente do Modernismo em Minas Gerais.

Em maio de 1930, o *Diário de Minas*, do qual fora redator, anuncia, literalmente e com a grafia da época:

“O interesse que se fizera, de certo tempo a esta parte, em torno de seu livro de versos, próximo a aparecer, era bem mais acentuado nesta redacção, onde cada um deseja ter, no conjunto durável de uma edição – Edição Pindorama, por signal, – os versos que conhecíamos em sua maior parte, e que aquelle fino poeta tem espalhado nababescamente pelas páginas de revistas, de jornaes, etc., ora Carlos Drummond de Andrade, ora Antônio Crispim, ora Constantino César, e outros nomes ainda, quantos?”

Agora temos o legítimo poeta, na sua legítima personalidade, dando-nos “Alguma poesia”, o livro de que Bello Horizonte precisava,

para passar de cidade-menina a cidade-mulher, lendo os poemas cheios da perversidade aguda do seu maior poeta...”

Na coluna *Publicações*, o *Minas Gerais* de 3 de maio de 1930 comentara: “Carlos Drummond de Andrade condescendeu, afinal, em comunicar-se mais largamente com o publico, dando à estampa o livro que todos os que o admiramos – e somos legião – tínhamos o direito de esperar do seu vigoroso talento. A poesia é rara, mesmo numa terra de poetas, como dizem que é a nossa. A verdadeira poesia é extremamente rara, em toda a parte, e Carlos Drummond de Andrade, neste volume de título a um tempo modesto e ambicioso, apresenta-nos alguma, o que já é muito. Poesia autentica. Poesia pura”.

O *Minas Gerais* de 30 de maio de 1930, na coluna *Sociaes*, cujas cônicas Drummond escrevia como Antônio Crispim, noticiou o jantar e indicou as livrarias que recebiam as adesões: a Alves, na Rua da Bahia, e a Moraes, na Espírito Santo. O mesmo jornal, de 9 e 10 de junho, publicou anúncio do aparecimento de *Alguma poesia*, juntamente com o do romance *Inquietude, Melancolia*, de Eduardo Frieiro, vendidos nas duas livrarias e na Oliveira Costa & C. Em 12 de junho, *Sociaes* detalhou que a festa seria no domingo, 15, às 20h, no Automóvel Clube, que, fundado em 1925, era o clube da elite belo-horizontina. Assinala que a ideia de um banquete a Drummond teve a adesão de “nomes que representam brilhantemente a vida literária da Capital”.

Pernil de acadêmico ou suã de senador?

No ágape, termo em voga na época, saudando a Drummond, a quem conhecia desde quando eram colegiais, o futuro governador de Minas, Milton Campos, idealizador da homenagem, destacou “a imensa alegria da gente moça de nossa terra, que se orgulha de ver Minas dar ao Brasil um grande poeta. ‘Hoje tem festa no brejo!’ E é justo que a saparia se rejubile, sem embargos das marteladas metódicas do sapo tanoeiro, na eterna atitude em que o encontrou Manuel Bandeira: fazendo rimas com consoantes de apoio e comendo hiatos”.

Em seguida, referindo-se espirituosamente à pequena repercussão do modernismo antropofágico liderado em São Paulo por Oswald de Andrade, que, no programa do movimento, proclamou “vamos comer tudo de novo”, o orador assinalou que tal propósito lhe pareceu “altamente construtivo”.

E acrescentou: “Há muito que comer, no Brasil, e bem que o habitante primitivo indicou o processo às gerações futuras,

com a manducação histórica do bispo Sardinha. De então para cá quase não se tem comido nada, e o paiz se ressentido desta abstinência. Si cada geração que surgisse viesse disposta a comer gulosamente a precedente, como se teria acelerado a evolução nacional... Anthropolofagia em todos os sentidos, compreendendo as múltiplas formas da actividade intelectual: letras, ciência, política. Acredito mesmo que, na política, a anthropolofagia teria aplicação mais útil do que nas próprias letras, pela maior amplitude do proveito social resultante. E a tarefa seria talvez mais grata aos paladares. A carne de político, pela flexibilidade e pelos colleios a que a carreira obriga, deve ser mais macia do que, por exemplo, a carne de um parnasiano hierático. Haverá pernil de acadêmico que se compare a uma suã de senador?”.

Mais à frente, fica sério: “Certamente os homens de gosto nutrido clamarão contra as reservas de que Carlos envolve o seu lirismo. Eles querem espetáculo completo: corações sangrando, lágrimas chovendo... Quando o pudor contém essas expansões, eles dizem que não entendem. Entretanto, que tristeza naquela Cantiga de Viúvo, que profunda melancolia se espalha pelo livro todo! Que desânimo incurável de quem viu um acontecimento naquela ‘pedra no meio do caminho!’ A verdade é que todos os caminhos têm uma pedra. Muitos passam por ela. Outros a removem com o braço hercúleo. Os delicados estacam, e nunca mais a esquecem”.

**Conselho do anjo torto ao poeta:
Não diga nada: poesia é silêncio**

Drummond agradece dizendo ter recebido a visita de um anjo torto, desses que vivem na sombra, o do primeiro verso do primeiro poema do livro, o *Poema de sete faces*. O anjo a ele assim se dirigira:

– Carlos, seus amigos estão tramando um jantar em sua honra. Você cometeu a imprudência de publicar um livro e eles, coitados, não só desculparam esse assanhamento como quiseram sepultar entre vitualhas o remorso que talvez chegasse a brotar em sua alma de peccador. Carlos, você é um sujeito feliz.

Mais adiante:

– Você é um sujeito feliz, Carlos. Já é a segunda vez que os seus amigos deliberam jantar-o. Por sinal que, da primeira, a bondade encontrou pretexto na sua mudança para outra cidade; mas, seis meses depois, você reaparecia no local do crime, e os amigos não reclamaram. Desta segunda vez, o motivo real trae, ainda, infinitas delicadezas de sentimento: tendo liberdade de achar alguma poesia no seu livro, ou nenhuma, eles acharam muita, e com essa esperteza gentil você ficou sendo não só um bom poeta deglutível. Há uma intensa poesia neste festim anthropolofagico, enquanto que no seu livro ha apenas a poesia de quem o lê.

O anjo lhe faz considerações sobre a poesia, invoca o abade Brémond, dizendo que este chegou a descobrir algumas leis que regem o que chama de poesia pura e que eles, os anjos, “isentos de todo arrepiamento humano”, consideram “apenas um murmúrio escuro e confuso na noite”. Continua o anjo dizendo não discordar inteiramente do abade quando insinua que “poesia é silêncio”, como na mística. Contudo, grande número de poetas fala. Porém a melhor

palavra do abade é a de que “a poesia nunca tem nada a dizer, e nunca diz nada”.

Drummond pediu-lhe um conselho sobre o que dizer no discurso. O anjo recomendou-lhe: “Ponha poesia pura no seu agradecimento. Ponha silêncio. Não diga nada e seus amigos compreenderão e agradecerão. Falou e – psst, volatilizou-se”.

Diante disso, sua vontade era a de ficar calado, agradecer-lhes “com um longo, largo, afetuoso silêncio”, dedicando um pensamento cheio de carinho a cada um. Mas isso era difícil, diante das palavras do orador, “amigo insuperável”, e do anjo que o espiava da sombra. Abstinha-se, assim, do muito obrigado que poderia repetir a noite toda, preferindo “subscrever aquele antigo e delicioso brinde mineiro de sobremesa, que um dos convivas puxava, enternecido, e que todos os demais secundavam em coro: Como é grata a companhia/ lisonjeira a sociedade/ entre amigos verdadeiros/ viva a constante amizade”.

**Festa de cordialidade e inteligência
dos expoentes da cultura mineira**

O Estado de Minas de 17 de junho do mesmo ano informou, em “Festejando a vitória de um poeta”, que lá estiveram, “empresando à reunião a alegria dos bons espíritos, as figuras mais representativas da vida mental de Bello Horizonte. Por esta razão, o banquete deixou de ter uma significação commum, para servir de motivo a uma festa de fina espiritualidade. Em torno do homenageado reuniram-se, realmente, os verdadeiros expoentes de nossa cultura mental. E isso porque Carlos Drummond de Andrade representa o sector modernista de Minas Geraes, no que elle possui de mais vivo e de menos intencional. Assim, o poeta recebeu novamente a manifestação de estima dos que vêm no seu espírito, tão rico de emoções, a robusta, divina clareza mental dos artistas que assignalam uma geração”.

Quando levantávamos dados para registrar o cinquentenário do livro, publicando matéria no *Caderno B do Jornal do Brasil* de 18 de março de 1980 e número especial no *Suplemento Literário do Minas Gerais* de 3 de maio de 1980, Ciro dos Anjos, um dos presentes, nos contou que no banquete “se bebeu muito e se fez grande algazarra”. Depois de informar ainda que De Cavalcante Freitas falou em nome dos jornalistas, o *Minas Gerais* de 16 e 17 de junho de 1930 concluiu: “Terminou o banquete às 22 e meia horas. A impressão deixada é das que difficilmente desaparecem do espírito de quantos amem as festas encantadoras da cordialidade e da intelligencia”.

O mesmo jornal transcreveu os discursos e relacionou os presentes, 47, entre eles, além dos citados, Abílio Machado, então Diretor da Imprensa Oficial, Mário Casassanta, Abgar Renault, os futuros vice-presidentes da República Pedro Aleixo e José Maria de Alckmin, o futuro ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Pedro Nava, Newton Prates, Juarez Felicíssimo, Guilhermino César, Dario de Almeida Magalhães, Gabriel Rezende Passos, o futuro governador do Estado da Guanabara Francisco Negrão de Lima, José Alphonsus de Guimaraens e José Guimarães Alves. Emílio Moura mandou representante. Segundo Guilhermino César, o escritor João Alphonsus compareceu, mas o jornal relaciona apenas José Alphonsus de Guimaraens.



Primeira edição, uma raridade bibliográfica

Alguma poesia – medindo 19 x 14 cm, com 152 páginas e 54 poemas – foi editado pelo escritor autodidata Eduardo Frieiro, também tipógrafo, nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial, editora do *Minas Gerais*, do qual ele e o poeta eram redatores. Dedicado a Mário de Andrade, “meu amigo”, e acabado de imprimir em 25 de abril de 1930, teve tiragem de 500 exemplares, pagos pelo autor com descontos em folha. Observa Fernando Py que sua capa “é de cor creme, clara, o nome do autor em maiúsculas e o do livro em minúsculas, cheias, de cor azul”. Trata-se de ousadia tipográfica de Frieiro, mas, na folha de rosto, o título vem em caixa alta, aparecendo ainda as letras EP, de Edições Pindorama, dentro de um círculo. Na dedicatória ao editor, escreveu Drummond: “A Eduardo Frieiro com *sympatia* e admiração pelo seu claro espírito, que conseguiu embelezar estas páginas. Cordialmente Carlos Drummond de Andrade – BH – 28-IV-930”.

Raridade bibliográfica, a primeira edição não foi encontrada na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa nem na Academia Mineira de Letras. Contudo, vimos dois exemplares, com folhas soltas, degradáveis ao menor descuido no manuseio. O primeiro, na Biblioteca Professora Alaíde Lisboa de Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que nos transmitiu reprodução da capa. O segundo, sem a capa e com dois poemas incompletos, com o desembargador José Antonino Baía Borges, herança do seu pai, o desembargador Vicente de Paula Borges, contemporâneo do poeta.

Folheamos este último. No primeiro poema, a palavra *gauche* (esquerdo, marginalizado, desajustado, deslocado, inepto) está assim grafada: “goche”. No poema “Cidadesinha qualquer”, com s, está escrito duas vezes que “um cachorro vae devagar”. Alguém riscou o primeiro “cachorro”, trocando-o por “homem”. No poema *Quadrilha*, “Lili casou com Brederodes”, mas, em outra edição, casou com “J. Pinto Fernandes”. O poema “Outubro 1930”, sobre a revolução irrompida naquele mês, foi publicado somente em 16 de dezembro de 1934, em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, como “Outubro de 1930”, sendo incluído em *Alguma poesia* a partir da segunda edição, “Poesias”, de 1942.

Era apenas uma pobre pedra que ficou na memória do poeta

Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Ciro dos Anjos e outros louvaram a obra, mas vários foram seus detratores. Frieiro nos declarou que Drummond e toda a poesia moderna eram detestados. O à época renomado Medeiros e Albuquerque viu no livro somente “alguma tipografia”.

As críticas se deveram sobretudo a *No meio do caminho*. Por causa do poema – em que o poeta diz repetidamente que tinha uma pedra no meio do caminho, assinalando que nunca se esqueceria desse acontecimento, na vida de suas retinas tão fatigadas – colaram no poeta etiquetas como pedregoso, poeta pétreo, Drummond Pedreira, Charles Stone. Tantos foram os comentários díspares que Drummond observou, em *Confissões de Minas*, que o poema serviu para dividir as pessoas no Brasil “em duas categorias mentais”, e os reuniu em livro, *Uma pedra no meio do caminho*.



Falando sobre os *Tempos* de “Alguma poesia”, no seminário sobre os 50 anos do livro realizado pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais, Guilhermino César contou o que ele, Emílio Moura e Ciro dos Anjos viram num encontro ocasional do poeta com Otacílio Negrão de Lima, que foi prefeito de Belo Horizonte, ao descerem a escada da redação de *A Tribuna*: “O saudoso político, naquele seu à-vontade engenheiral, saudou-o brincando – “É então, como vai a pedra no meio do caminho?” Santo Deus! que fúria, a beirar o palavrão, se desatou da boca rubra do Poeta: os lábios finos tremiam-lhe de raiva”.

Buscou-se também um sentido filosófico ou psicológico para a pedra. Escrevendo a Laudionor A. Brasil em 29 de março de 1943, a propósito de um soneto em que este interpreta e desenvolve o sentido da pedra, Drummond se diz surpreendido, apontando o motivo: “Porque a referida pedra – vou usar de toda a franqueza – não tem sentido algum, a não ser o que lhe dão as pessoas que a atacam e com ela se irritam. É uma simples, uma pobre pedra, como tantas que há por aí, nada mais. O poema (se assim se pode chamar) em que ela aparece não pretende expor nenhum fato de ordem moral, psicológica ou filosófica. Quer somente dizer o que está escrito nele, a saber, que havia uma pedra no meio do caminho, e que esta circunstância me ficou gravada na memória. Como vê, é muito pouco, é mesmo quase nada, mas é o que há”.

Referências bibliográficas

- *Uma pedra no meio do caminho – Biografia de um poema*. Apresentação: Arnaldo Saraiva. Seleção e montagem: Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967;
- *Bibliografia comentada de Carlos Drummond de Andrade (1918-1930)*, Fernando Py, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.
- *Seminário Carlos Drummond de Andrade 50 anos de “Alguma Poesia”*, Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1981.
- *Carlos Drummond de Andrade - Crônicas 1930-1934*. Belo Horizonte. Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1987.
- *Carlos Drummond de Andrade. Poesia completa e prosa* (volume único), Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- *Alguma poesia*, Carlos Drummond de Andrade, Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1930.
- *Minas Gerais* (abril a junho de 1930). Arquivo da Imprensa Oficial de Minas Gerais.
- *Diário de Minas*, maio de 1930 (Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa).
- *Suplemento Literário do Minas Gerais*, número especial sobre os 50 anos de *Alguma poesia*. Organizador: Gutemberg da Mota e Silva. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 3-5-1980.
- *Jornal do Brasil*, Caderno B, 18-3-1980.
- *Estado de Minas*, 17-6-1930.



A poesia e os amores de Castro Alves

José de Assis

Juiz de Direito Aposentado

Grande poeta brasileiro, nascido a 14 de março de 1847, na Fazenda Cabaceiras, então freguesia de Muritiba, comarca de Cachoeira, na Bahia. Seu nome de batismo: Antônio Frederico de Castro Alves.

Imortalizou-se como Castro Alves, cognominado “Vendaval Maravilhoso”, porque viveu apenas 24 anos, posto que faleceu a 6 de julho de 1871.

O grande amor de sua vida e sua musa inspiradora foi a atriz portuguesa Eugênia Câmara, que emigrou para o Brasil e o conheceu no Recife.

Crítico teatral, coube-lhe comentar o papel de “Mina”, interpretado por Eugênia, no Teatro Santa Isabel, do Recife. Ela vibrou com a crítica e, curiosa, soube que fora escrita pelo jovem poeta Castro Alves: sentiu no novo crítico seu simpatizante por chamá-la de “gênio”. Quis conhecê-lo, fez-lhe um gentil cartão, pedindo que a visitasse em seu camarim. Queria agradecer-lhe as elogiosas palavras e “tê-lo acorrentado para sempre”.

Ele, inexperiente, passou a ser experiente no amor. Atendendo ao gentil convite, foi introduzido no florido camarim da atriz. E foi o começo do apaixonante romance de Castro Alves e Eugênia Câmara.

Poeta dos escravos

“Nada mais tinha importância. Importante foi o encontro. Claro. Claro que não era o crítico que ela queria conhecer. Era o homem. Veríssimo (empresário dela) que se cuidasse. Do coração dela, doravante, cuidava ele.” (Pág. 105 do livro *Castro Alves*, da série “A Vida dos Grandes Brasileiros”).

Castro Alves e Eugênia mudaram-se do Recife, fixando residência, inicialmente, no Rio de Janeiro, onde o poeta começou a brilhar na poesia e no jornalismo, recebendo a visita e o reconhecimento de José de Alencar e Machado de Assis, que “eram então considerados as duas grandes figuras literárias da corte, o que queria dizer, do país.” (*Obra e série citadas*, pág. 150).

Posteriormente, mudaram-se para São Paulo, sendo aí bem recebidos, entrando o poeta em franca atividade: tratava dos problemas teatrais de Eugênia, corria para a Academia, a fim de viver o liberal das “arcadas”, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, fundada por D. Pedro I a 11 de agosto de 1827.

E mais: voltava a compor poemas para os escravos, já que Castro Alves foi o poeta dos escravos, por cuja liberdade lutou, sendo célebres os seus poemas *O Navio Negreiro*, *Espumas Flutuantes* e *Cachoeira de Paulo Afonso*, todos sobre essa temática.

Sobrevieram as solenidades do 7 de Setembro, quando Castro Alves declamou o poema “O Navio Negreiro”, de sua autoria,

composição poética relevante, social e humana, que narra a tragédia no mar com os pobres negros, futuros escravos.

“Castro Alves volta-se para dor bem maior que a sua: a do negro cativo. No Ginásio Literário, no dia 7 de Setembro, vestido na elegante roupa que encomendara a Luís Cornélio (seu amigo), vai dizer *O Navio Negreiro*, talvez o mais belo canto que já se escreveu sobre a escravidão do negro. E onde mais que o rebenque nas costas do cativo é uma pancada no estômago de uma sociedade tolerante, temporizadora.”

E prossegue a obra já citada:

“Começa o poema um navio – lírico como todo barco – em pleno mar, entre a imensidão do firmamento com seus astros e a imensidão do oceano com suas espumas douradas. A fragilidade de um barco, com “homens do mar, rudes marinheiros tostados pelo sol dos quatro mundos.” Então o poeta quer saber que navio é aquele e pede asas ao albatroz. E então o que ele vê – a carga daquele navio – é um sonho dantesco: “tinir de ferros, estalar de açoites, legiões de homens negros como a noite, horrendos a dançar”. O poeta então lança apóstrofes: “Senhor Deus dos desgraçados, dizei-me vós, Senhor Deus, se eu deliro... ou se é verdade tanto horror perante os céus...” E volta-se para o mar, e pede que ele apague aquilo com a esponja de suas vagas, e pede aos astros, às tempestades, ao tufão. Mas àquele bailado de dor ninguém responde. O navio continua a rasgar o oceano, e o sangue do negro açoitado continua a tingir o azul do mar. Apela então para a sua terra, o nosso povo. Impossível que aquele quadro não nos atinja, impossível que aceitemos tamanha abjeção. E canta, e chora: “Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta, / que impudente na gávea tripudia?!... Silêncio!... Musa!... chora, chora tanto que o pavilhão se lave no teu pranto...” Então segue-se aquele que é considerado o mais belo verso brasileiro: “Auriverde pendão de minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança”. E termina evocando os heróis do Novo Mundo, pedindo o fim de tanta vergonha:

Andrada! Arranca este pendão dos ares!

Colombo! Fecha a porta de teus mares!

Salvo pelo afeto

Em seqüência, a obra e série citadas continuam a narrativa sobre o grande poeta e a atriz Eugênia na “terra da garoa”, a cidade de São Paulo:

“Castro Alves brilha nos estudos de Direito, obtendo nota plena da banca examinadora da sabatina a que se submetera.”

Porém, Eugênia não saía do seu pensamento, tanto assim

que ele, num poema, a relembra *Adormecida* numa rede, de leve beijada pelo ramo de um jasmineiro em flor, inspirando-lhe estes versos:

*Era um quadro celeste!... A cada afago
Mesmo em sonho a moça estremecia...
Quando ela serenava... a flor beijava-a...
Quando ela ia beijar-lhe... a flor fugia...*

Finalmente, o triste episódio do disparo da espingarda, que atingiu com uma carga de chumbo o calcanhar do pé esquerdo de Castro Alves. Aconteceu que o grande poeta passou a caminhar sozinho pelos matos que contornavam a cidade de São Paulo, para amenizar a tristeza da separação de Eugênia.

"As caçadas eram pretexto para essas fugas. Uma tentativa para amenizar a dor que a amada lhe causara. E no dia 11 de novembro, pelos arredores do Brás, ao pular a margem de pequeno riacho, a espingarda que trazia a tiracolo, com o cano para baixo, dispara, atingindo com uma carga de chumbo o calcanhar de seu pé esquerdo."

É socorrido por moradores das imediações e transportado, a pedido seu, para a casa do dr. Luís Lopes dos Anjos. O médico presta-lhe os primeiros socorros, depois consegue para ele uma república em frente à sua casa, na rua do Imperador. Sinhá (a do *Laço de Fita*), desesperada com o acontecido, faz-se sua enfermeira. Também a seu lado acorrem todos os seus amigos. . . Mas o poeta perde muito sangue, está fraco e, para cúmulo, a tuberculose se manifesta. Tem uma hemoptise." (*Na tristeza da garoa*, da obra e série citadas, páginas 161/162).

E um dia, delirante de febre, escreve os versos tristíssimos de *Quando eu Morrer*: "Ali ninguém se firma a um braço amigo..."

Os médicos opinam então pela sua transferência para o Rio de Janeiro, onde o clima é mais ameno e há melhores recursos. A 19 de maio ele parte para a corte. O amigo José Rubino o acompanha até o Rio. Os amigos foram a seu bota-fora de Santos, onde ia tomar o vapor. Agradece aos colegas e amigos e diz:

"Lembram-se das noites de 30 de março a 1º. de abril?
Foi a afeição que me salvou."

Deixava São Paulo, a garoa, Eugênia, os castelos, os sonhos." (*Na tristeza da garoa*, obra e série citadas, páginas 161 a 163).

As meninas do Rio

Chegando ao Rio de Janeiro, o poeta escreve aos amigos de São Paulo relatando a viagem por mar e seu estado de saúde.

"Estou na Rua do Silva Manuel, nº 13, em casa do meu bom amigo Luís Cornélio, onde não me teem faltado uma verdadeira família, e as melhores provas de boa amizade. Meus amigos, agora, adeus! Se o braço tivesse força, longa seria esta carta; mas, se o meu coração não cansa de os estimar, a minha mão desfalecida me diz que cesse de escrever..." (fecho da carta de Castro Alves aos seus amigos paulistanos, págs. 164/165 da obra e série citadas).

O poeta se restabelece e melhora da tuberculose, possível de ser debelada. "Usa muletas e lhe está sendo feito um pé de borracha para disfarçar a falta do verdadeiro. Convalesce. E Maria Cândida, Dendém e Eulália são a sua primavera no Rio. Gosta de sentir o perfume das mangueiras e dos abacateiros do jardim do amigo e dos quintais ao lado. É junho, o céu azul, a brisa leve de um delicado inverno carioca. E gosta de contemplar, à noite,

Menos matéria que o resto da humanidade

Pelo sentimento de comoção que transmite, vale transcrever a quase-página 165 da obra e série já tantas vezes citadas, que narra o episódio do corte do pé gangrenado do poeta e todo o carinho que ele recebeu:

"Foram chamados os médicos Mateus de Andrade e Andrade Pertence. Estes tentaram evitar a mutilação, mas dias depois, notando o desenvolvimento da gangrena, decidem pelo corte do pé, no terço inferior da tíbia. A operação vai ser então realizada, e sem clorofórmio, em virtude do estado do doente. Ao lado do poeta, como enfermeiras, estão três mocinhas que se tomaram de amor por ele desde a primeira vista. São elas: Maria Cândida Garcez, Cândida Campos, também chamada Dendém, e Eulália Filgueiras, cunhadas de Luís Cornélio. Mas diante da crueza daquela operação, as duas primeiras, sem coragem, deixam a sala do doente e vão chorar no jardim. Fica Eulália à sua cabeceira, a limpar-lhe o suor que lhe banha o rosto. Prende as mãos frias do poeta às dela. Ele sorri para ela agradecido. O dr. Mateus maneja com perícia o bisturi e a serra. Dois minutos! E ainda teve forças para exclamar: "Corte-o, doutor, corte-o. Ficarei com menos matéria que o resto da humanidade." Prende os lábios descorados. Aperta a mão da mocinha. Sorri. Duas lágrimas derruba Eulália na sua testa. E depois a dor vai cedendo e ele adormece. A mocinha escuta o pingado dos carinhos de chumbo que são aparados numa bacia: trinta e tantos e com eles pedaços de ossos e carnes podres. Ele acorda. Aí está a vida. Sabe que a seu lado caiu um pé, branco, apodrecido. O seu lépido pé esquerdo. Uma perna que termina em cotoco, pois não? É um aleijado. Ele, o aleijado. Mas nenhuma lágrima, nenhuma tristeza deixa transparecer. Seus olhos agradecidos procuram os olhos da amada menina enfermeira."

o céu estrelado e cheio de balões viajantes. Balões, balões..." (Pág. 165 da obra e série mencionadas).

"Dendém é alegre, saltitante. Vem sentar-se junto dele, as mãos lhe alisam os cabelos, beija-lhe o rosto. Os dois se beijam ternamente. Depois ele pede-lhe uma folha de papel e faz para ela os primeiros versos da convalescença, que intitula:

*A volta da primavera
É que teu riso me penetra n'alma
Como a harmonia de uma orquestra santa
É que teu riso tanta dor acalma...
Tanta descrença!... Tanta angústia!... Tanta!*

As mocinhas do Rio conseguem trazer para ele a primavera, talvez a esperança. Agora é para Maria Cândida que ele escreve *Murmúrios da Tarde*, num passeio por um jardim de palmeiras e de açucenas daquele Rio tropical. Escutava com ela, arrimado nas muletas, o conversar das flores, e dizia:

*"Colhe-me, ó virgem, -
não terei mais dores,
guarda-me, ó bela, no teu seio quente"...*

Maria Cândida também o ama. Ele anda inseguro, recosta-se nela, e ela gosta de sentir-se sob o peso de seu braço. Sabe que a doença – o mal terrível – o consome. E morre de amor por aquele poeta que lembra a tarde que vai baixando. Sentam-se num banco. Ela deixa que ele tome a iniciativa. Sente-lhe os lábios nos cabelos, na fronte, nas pálpebras, na boca. Amam-se.

Eulália, a cunhada de Luís Cornélio, sabe de toda a tragédia do poeta. Sabe que, mais que a tísica, o pé amputado, o seu mal maior é o amor de Eugênia. Ele, agora, está descansando na sala de estar. Ela abre a janela para que a sala se encha com os perfumes dos jasmineiros e da flor-da-noite. Vem sentar-se junto dele. Sabe da solidão, do seu amor, mas ela também o ama loucamente. Ele fita Eulália e pensa: é linda a moça. Ah se ainda fosse possível a recomposição da vida. Ele, com saúde, com alegria, casado com Eulália, rodeado de filhos! Mas Eulália o aceitaria mesmo assim. Ela o ama. Por que ele se esquivava? Por que não usar o corpo virgem que ela lhe oferece? Cerca-o. Rosto com rosto. Abre-lhe os lábios. Mas ele recusa.

– É tarde, Eulália linda, muito tarde. Não posso dar-te mais aquilo que não possuo. Amor.

– Não será respeito a meu cunhado? Por que, meu poeta? Eu te adoro. Não te peço amor. Quero você, você, o teu corpo. Eu te amo!

– Perdoa-me, Eulália, mas é tarde, muito tarde. “Perdoa-me Senhora!... Eu sei que morro... É tarde! É muito tarde!...”

A inútil volta

Sobretudo agora, uma nuvem veio toldar aquele passatempo casto com as três moças cariocas. Os jornais noticiavam a chegada dela. Ela! Era meados de outubro. O ex-amante se desespera e escreve o belo e terrível poema que é

O tonel das Danaides

*E quando debrucei-me à beira daquela alma
P’ra ver toda riqueza e afetos que lhe dei!*

.....
*“Ai! Nada mais achaste! O abismo os devorara...
O pego se esqueceu da dádiva do Rei!”*



“Entre eles restaria apenas a saudade...”

A verdade é que Eugênia estava na praça. E então? (páginas 164/167 da obra e série citadas: *As meninas do Rio*). Castro Alves, com um ano de permanência no Rio, soube da presença “dela”, numa Companhia Dramática.

Atraído por essa presença, o poeta, certa noite, “manda buscar uma carruagem e embuçado numa imensa capa preta toma a condução e desaparece. Eulália, a discreta Eulália, entreabriu a janela e viu seu amor partir. E adivinhou para onde ele partia.”

Adentrou o teatro e sentou-se num camarote, de modo que não o vissem como um mutilado, apoiado em muletas. Estava emocionado, é içada a cortina e surge Eugênia, a sua Eugênia cantando um fado.

Também ela soube que ele estava num camarote e seus olhos vivos o descobrem e só os tem para ele. Tudo para ele, sobretudo o coração.

Terminado o espetáculo, ele vai sair, mas Eugênia o intercepta e o abraça afetuosamente. Pede a ele que passe aquela noite com ela e ele aceita.

Chegados ao hotel, ele chega à conclusão de que nada mais seria possível, tinham rompido e vão seria um novo reatamento. Entre eles restaria apenas a saudade...

Ao amanhecer, ele vai embora e, à tarde, envia a ela um poema de despedida:

A d e u s

*A mesma fronte que amei outrora!
O mesmo riso que me vira um dia!
O mesmo olhar que me perdera a vida!
A mesma, a mesma, por quem eu morria!
Sinto que vou morrer! Posso, portanto,
A verdade dizer-te santa e nua:
Não quero mais teu amor! Porém minh’alma
Aqui, além, mais longe, é sempre tua.*

Eugênia, no mesmo dia 17 de novembro de 1869, manda a Castro Alves um longo poema que se encerra com estes versos:

*Adeus!!! Se um dia o Destino
Nos fizer ainda encontrar,
Como irmã ou como amante
Sempre! Sempre! me hás de achar.*

Por fim, o poeta se convence de que, com ela no Rio, ser-lhe-á impossível viver. Deixa os amigos saudosos e embarca num vapor para a Bahia, seu torrão natal. (Págs. 168/169 da obra e série citadas: *Adeus!*).

Quase nunca ouvi “te amo”

Aldina de Carvalho Soares
Juíza de Direito em Santa Luzia

Quase nunca ouvi “te amo”
 E quase nunca o disse.
 Nem sei disso.

Minha vida é sentida em autos
 Lavrada em atas
 Levada em solenidades
 Lustrada em diplomas.

Dediquei-me a isso.
 Sou assim,
 Mulher desorganizada.
 Desabalada na vida,
 Atrasada no tempo das coisas normais.
 À frente de outras, tantos, demais.

Ser assim. Só isso.
 Como novelo que faz a blusa
 Mistura que vira bolo,
 Tijolo que levanta muro.
 Inteira e metade,
 Organismos e células passeiam por pele e corpo
 Formando novos olhares e odores.

Não lhe contei, mas ando prisioneira
 da vontade de arrebentar o círculo do ar
 do bafo de sobrevida e
 explodir.

Despeço-me. Apresento-me.
 Dia a dia, sou eu que chego inteira.

Juíza de Direito e de quimeras.

Serei eu explosão florida?
 Ou somente mais um nome de rua,
 Da cidade do centro-oeste
 Descoberta no país da Cathedral?



A visita (ou a viagem)

Odilon de Ávila Flores

Juiz auditor aposentado da Justiça Militar de MG

Caía a tarde
Partira o trem
Parei na varanda.

Varanda de ver a banda
Beiral de andorinhas
Chão d'amarelinha...
E daqui espiava
O palhaço na rua:
– “E o palhaço, o que é?”
– “É ladrão de mulher!”

Entrei passo a passo...

Olhei o salão
Vazio e silente
Do alarido de outrora.
Sala de visita – mobília de palhinha
Sala de jantar – filtro “Fiel”
Rádio de “olho mágico”,
Cujas luzes me encantavam...

Nos quartos desertos, inalterados,
Abala-me a ilusão do tempo parado.
Ouço vozes e risos e as rezas da noite
Que vêm do passado.
Na esteira do teto e das minhas lembranças
Faisca o sol de distantes albores.

O quarto da irmã...
Da irmã que ficou
E está só no seu mundo
Povoado de bruxas
Que ela guerreira

Vencendo e perdendo
Chorando e rezando...
Mas as bruxas gargalham
Pois é quem enfeitiçam
Que as cria e recria.
Não são coetâneas de idos vividos.

O pai ainda conta
À mãe submissa
Aquelas memórias que sempre contou:
Das viagens a cavalo,
Sua vida, sua terra,
“O diabo a quatro”,
Histórias do “Bom Jardim”.
Receio, porém, que estejam no fim...

Olha o tacho no fogão
A lenha, a brasa, o tição
A enorme chaminé
E o bule de café.

E cheguei à beira do rio...

Território encantado
Do reino do faz-de-conta.
Aqui fui bandido e bandeirante
Fui rico vaqueiro de gado de raça
– sabugo e chuchu.
E tive cavernas e esconderijos
E tive um tesouro
Que todos pensávamos que era pura ilusão...
Quintal! Capital de um país perdido na idade
E ponto final do trem da saudade...



Desapressado

Fernando Armando Ribeiro
Juiz Civil do TJMG



Porque sei que é absurdo perdes a vida em vão
 Digo-te logo esta frase
 Que te pegará de supetão
 Não te impliques com teu sono
 Folha, papel ou documento
 Pois no fundo tudo é lamento
 Choro intrépido ou congestão
 Não te irrites com tanta irritação
 Dos que crêem ter o dia
 E que de dia sonham noite
 Em que não dormem sua melancolia

Não te apresses o passo apertado
 Só porque o tempo insiste em passar
 Pois se corres, olhar o relógio,
 Será o único gesto a animar.
 E então nada terás
 E o tempo passará mesmo assim
 Pois no fundo os minutos são longos
 Se observas que o tempo é sem fim.

Líder ou servo?

José Fernandes Filho

Desembargador, ex-presidente do TJMG

Pessoa alguma é líder de nascença. Verdade que os genes nos predis põem – poderosas e perigosas referências para a aventura de viver. Sem, necessariamente, nos determinar, exercentes adultos do livre arbítrio, a permitir escolhas e opções, para o bem ou para o mal.

Consentida, natural, ínsita no **ser** e no **agir**, a liderança se confirma com a aceitação e o reconhecimento daqueles com os quais interagimos, iguais ou não. Principalmente na divergência saudável, adubo que a fortalece e a faz crescer e enriquecida.

Ninguém lidera por meio de ameaças ou retaliações. Muito menos com promessas de recompensas, às vezes moeda de troca, que antes agride e ofende.

A verdadeira liderança viceja e se afirma na pluralidade das ideias e na convivência com os desiguais. Fundar-se-á, sempre, no respeito à dignidade das pessoas, não importa sua classe ou origem. Respeito integral, não o de ocasião.

Ética, necessariamente ética, será impostura se lhe faltar o sopro vivificador – sal da terra – que ilumina o exercício do bem e endireita os caminhos do serviço aos outros, inominado e plural, preferentemente.

Respeitado, jamais temido, líder é quem convence, ensina e aprende ao mesmo tempo. Em condições de ver além das aparências, antecipa-se aos acontecimentos, capaz de entendê-los, mesmo na sua radicalidade.

Julga somente após demorada análise dos fatos, reveladora de condicionantes e variáveis. Abomina o erro, mas procura compreender seu autor, como ele, de barro, sujeito a trincas e fissuras.

O líder verdadeiro se faz em **atos e atitudes**, testados e aceitos ao longo da vida. Não existe meio-líder. Inteiro há de ser, como Mandela ou Gandhi. Na prisão ou fora dela, ausência só física, porque comunicante presença, a ultrapassar muros ou cercas de arame farpado. Estado de espírito, permanente e inquiridor, a buscar, com ternura ou firmeza, o certo e o justo, mesmo não recomendados nas ordenações dos homens. Sabedor de que **viver** não é perigoso (perdoem-me Riobaldo e



Guimarães Rosa, seu criador), aspira a **conviver**, a **viver com**, entre iguais e diferentes, a todos se revelando verdadeiramente fraterno e solidário, pronto para a hora, qualquer que seja ela ou o seu sabor.

Jamais fariseu, nem publicano de fingida contrição, a outrem credita o que de bom possa ter feito. Veraz, em redentor confronto com sua luz interior, bate no peito e se vê pequeno e impotente, com apenas dois braços, sem poder abraçar o mundo, como desejou o Poeta.

Cireneu anônimo, honra-se em ajudar a carregar a cruz, que arqueia ombros e vergasta corpos. A mais não aspira. Basta-lhe o sentimento de não ser indiferente, nem passivo. A dor e a alegria do mundo o convocam, faça chuva ou sobre o vento. Serve, simplesmente serve.

Irriga a esperança, principalmente nos períodos de aridez, preparado para experimentar – quando chegar a hora – o puro sentimento que pacifica o coração dos homens, e que lhes dará a doce certeza de que valeu a pena viver e de que não viveu apenas para si e para os seus, mas também para os outros – tão **“seus”** como os de laços de sangue.

Assim o líder – antes, durante e depois. Principalmente o líder que acredita no **“depois”**: um homem, a serviço dos homens.



Do barroco ao poético

João Quintino Silva
Desembargador do TJMG

Violante do Céu, poeta português do século XVII (1602 – 1693), utilizou a repetição das palavras **vida e morte** para rimas do estranho soneto “Se apartada do corpo a doce vida” que figura na página 25 da antologia *Livro dos Sonetos*, da Editora L&PM Pocket:

*Se apartada do corpo a doce vida,
domina em seu lugar a dura morte,
de que nasce tardar-me tanto a morte,
se ausente d’ alma estou, que me dá vida?*

*Não quero sem Silvano já ter vida,
pois tudo sem Silvano é viva morte,
já que se foi Silvano, venha a morte,
perca-se por Silvano a minha vida.*

*Ah! Suspirado ausente, se esta morte
não te obriga querer vir dar-me vida,
como não ma vem dar a mesma morte?*

*Mas se n’ alma consiste a própria vida,
bem sei que se me tarda tanto a morte
que é porque sinto a morte de tal vida.*

Nota-se, mais, o vocábulo *Silvano* consignado quatro vezes no interior da segunda estrofe.

O gosto da repetição é, consoante conceito próprio, uma das características da poesia barroca, estilo preciosista e arrevesado de voga restrita à época, praticado pelos poetas espanhóis Luiz Argote y Gôngora (1561 – 1627) e Francisco Gómes de Quevedo, este nascido em 1645. Um “estilo enroscado”, na observação do juiz pintor Aluísio Cândido de Siqueira, em artigo publicado na primeira edição da nossa *MagisCultura Mineira* (pág. 33) e que teve outros cultores como o italiano Giambattista e os espanhóis Lope de Vega, Baltasar Gracián e Calderón de La Barca.

Entre nós, é de expressão barroca o controvertido poeta baiano Gregório de Mato Guerra (1636 - 1694), nascido João, por batismo, autor dos tercetos e quartetos seguintes, compilados, respectivamente, dos sonetos *Não vi em minha vida formosura* e *Se há de ver-vos* (págs.104 -105, *Literatura Comentada / Gregório de Matos*, de Antônio Dimas), nos quais abusa sistematicamente de formas infinitivas verbais adjungidas dos pronomes complementares **me**, de uma banda, e **vos**, de outra:

*Me matem (disse então vendo abraçar-me)
Se esta a cousa não é, que encarecer-me
Saiba o mundo, e tanto exagerar-me.*

*Olhos meus (disse então por defender-me)
Se a beleza hei de ver para matar-me,
Antes, olhos, cegueis, do que eu perder-me.*

*Se há de ver-vos, quem há de retratar-vos,
E é forçoso cegar, quem chega a ver-vos,
Sem agravar meus olhos, e ofender-vos
Não há de ser possível copiar-vos.*

*Com neve, e rosas quis assemelhar-vos,
Mas fora honrar as flores, e abater-vos:
Dois zéfiros por olhos quis fazer-vos,
Mas quando sonham eles de imitar-vos?*

O Barroco – apêndice do Classicismo – surgiu do esforço intelectual de adaptação às inovações e tendências da cultura trazida pelo Renascimento, que teve eclosão nos séculos XV e XVI. Apareceu, então, o artista introspectivo, meio perdido no marasma de conflitos políticos e religiosos da Idade Média.

Iniciado nas Artes Plásticas, na Itália, contaminou a literatura de um modo geral. Para Antônio Dimas (págs. 162 e 164 da obra citada), o novo estilo foi “um movimento estético que sempre demonstrou aversão à clareza e à linearidade, ao equilíbrio e ao vazio, à simetria e à irregularidade, à discrição e à estabilidade...”. E mais: “A marca distintiva do barroco foi a exuberância, o lúdico e antinômico. O poeta barroco enfascia-se com o mundo como está. É preciso reinventá-lo e isso só se consegue mediante o

“O gosto da repetição é uma das características da poesia barroca, estilo preciosista e arrevesado de voga restrita à época.”

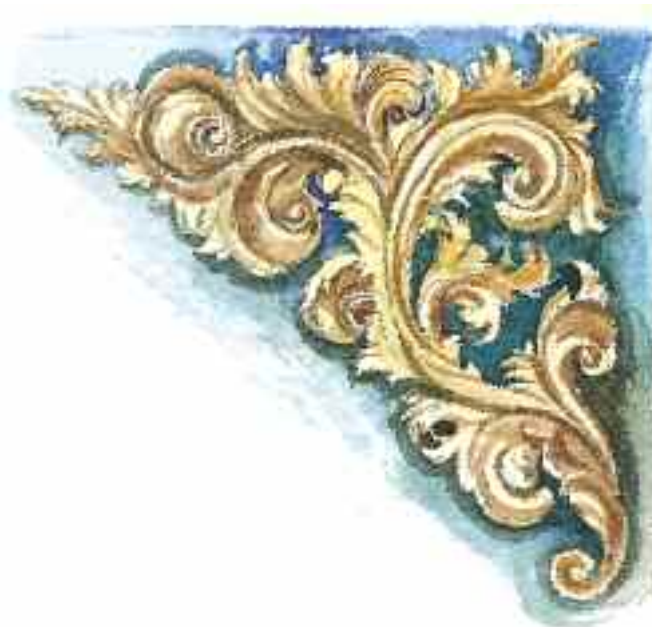


GREGÓRIO DE MATOS

“A marca distintiva do barroco foi a exuberância, o lúdico e antinômico.”

jogo, a descoberta de contrastes extremados, a hiperbolização de situações, a exploração de elementos visuais e o fogo cerrado do discurso persuasório. Para o artista barroco o mundo não é mais aquela concessão divina ensinada pela Idade Média teocêntrica e nem equilíbrio idealizado do Classicismo antropocêntrico. A visão alterou-se, encaminhando-se agora para uma espécie de ajuste de contas... cabe, então, ao ser humano a tarefa de desvendar a existência contingente, repleta de contradições e ambiguidades.”

“O exercício do desvendamento tem o amparo contínuo e subjacente da ‘agudeza e arte do engenho’, um conceito barroco elaborado pelo jesuíta espanhol Baltasar Gracian (1601-1658) e que poderia ser traduzido pela ‘habilidade em descobrir imagens brilhantes, paradoxais e afetadas, especialmente metáforas, ironias, paradoxos, trocadilhos, antíteses etc. (*Princeton Encyclopedia...*, pág.897)”.



“Empolgado com o teatro do mundo, o artista barroco joga sempre que pode e transforma-se naquele *homo ludens* por excelência...”

Considera Leo Balet (pág. 1.212, vol.3, da *Enciclopédia Mirador Internacional*) que a grande tônica da Arte Barroca “é a contínua aspiração de infinito. De onde a sua suntuosidade, a ausência de naturalidade, a tensão lúdica das formas, a predominância do movimento sobre o equilíbrio, em síntese, o sentido faustoso de sua morfologia”.

Valioso o comentário de Clóvis Leite Ribeiro (pág.38, *Língua Portuguesa*, 10ª ed., Editora Brasil – SP) de que o Gongorismo, que entendo como variante do Barroco, “prima pelo predomínio da forma sobre o fundo, pelo preciosismo da expressão que exagera as figuras de pensamento a ponto de tornar preocupação exclusiva do escritor não a idéia, mas o artifício da frase”.

Ouso suspeitar que o Barroco Literário cedeu importância a outras modalidades de cultura do sentimento poético, considerada a superveniência da Escola Arcádica que preparou, por assim dizer, a retomada dos critérios clássicos de expressão do belo, cujos rudimentos haviam sido traçados pelo grego Aristóteles, autor de uma primeira Arte Poética, e o romano Horácio, rudimentos esses que foram desenvolvidos em outra obra de igual título (*Art Poétique*) pelo francês Boileau, no séc. XVII, cujos rigores vieram de ser minimizados no século seguinte por Pietro Metastasio e Muratori.

De todo modo, na constatação inserta na *Enciclopédia Mirador* (pág. 1.218, vol.3) “No plano histórico, o Brasil é (como toda a América Latina) uma criação da mentalidade barroca”.

“O barroquismo foi a herança mais permanente que o Barroco legou à sensibilidade literária brasileira. Muitas das nossas grandes obras de arte literária, sobretudo do Romantismo, trazem a sua farfalhante marca.”

“O barroquismo foi a herança mais permanente que o Barroco legou à sensibilidade literária brasileira.”



Julgamento de Cristo

Lúcio Urbano Silva Martins

Desembargador, ex-presidente do TJMG

A pregação de Cristo preocupava os judeus, porque lhes parecia que atropelaria a política religiosa do Sinédrio. Esperavam o Messias político, que viria retirá-los do jugo de outros povos. Cristo veio humilde, filho de carpinteiro, contestava a política sinedrista. Embora os múltiplos milagres, a firmeza da doutrina e a sapiência de Cristo, nada disso licenciava identificá-lo como o Messias anunciado pelos profetas.

A entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e a ressurreição de Lázaro determinaram a subida da rejeição, a ponto de fazê-los pensar na morte daquele homem.

Mister prendê-lo e, depois, julgá-lo. Imaginaram o momento oportuno, sem o incômodo da reação popular. Negociaram com Judas de Cariot o lugar e a indicação de Jesus.

Eis que, estando Jesus no "Horto das Oliveiras", à noite, formaram equipe de esbirros para prendê-lo e conduzi-lo à autoridade religiosa. E assim se fez, embora contrariando a lei: prisão sem formal acusação, à noite, na véspera da Páscoa, decretada por autoridade incompetente.

Apresentaram-no a Anás, que não mais era o Pontífice. Anás interroga Jesus:

– "Sois Mestre em Israel?"

Resposta positiva, Anás indaga-lhe sobre sua doutrina, ao que Jesus disse que pregara abertamente no meio do povo, nas Sinagogas e no Templo.

O Conselho não fora convocado corretamente e muitos membros ausentes.

Anás remete Cristo a Caifás, então Sumo Pontífice, que ouviu testemunhas e interroga:

– És o Cristo?

Veio a resposta:

– Sim, tu o dizes. Eu o sou. E vereis o Filho Homem assentado à direita do Pai e descendo sobre as nuvens do céu.

Encolerizado, Caifás rasga as próprias vestes, fechos rompidos, mãos convulsas, declara:

– És mais inimigo do que os romanos.

E arremata:

– Levemo-lo a Pôncio Pilatos.

E assim se fez, porque queria a morte de Cristo, que só poderia ser imposta pelo Governador Romano. O domínio de Roma retirou dos judeus o poder de decretar a pena de morte, reservando ao dominador o "Jus gladii" (direito de espada).

Pela manhã, Jesus é levado ao Pretório. Pilatos era liberto, sanita, medroso, obtendo o posto de Governador da Judeia, porque se casara com Cláudia Prócula, patriciana, de família expressiva em Roma. Era intolerante com a política judaica. Havia dissolvido multidões a bastonadas. Mandara colocar tábuas votivas consagradas a César, portanto idólatra. Os judeus recorreram a Roma e o Imperador mandou retirá-las, humilhando Pilatos. Buscara dinheiro no Templo para custear aqueduto. Ao protesto, respondeu com pancadas.

Algemado e escoltado, Jesus é apresentado a Pilatos, que indaga:

– Afinal, de que acusam esse homem?

Dizem:

– Blasfêmia contra o Templo.

Pilatos:

– Nada tenho com o Templo, senão vigiá-lo e arrasá-lo, se necessário.

Um camareiro fala a Pilatos que portava mensagem de Cláudia Prócula, dizendo que ela tivera horrível sonho. Ironicamente, Pilatos pergunta se deveria acreditar em sonhos, sendo lembrado que Júlio César fora ao Senado, apesar do sonho e de advertência de Calpúrnia, onde fora assassinado. Olha para Jesus e pergunta:

– Tu és Rei?

Disse o Mestre:

– Tu o dizes. Para isso nasci e vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade, ouve a minha voz.

Pilatos:

– Que é a verdade?

Sem resposta.

“E assim se fez, embora contrariando a lei: prisão sem formal acusação, à noite, na véspera da Páscoa, decretada por autoridade incompetente.”

“A manifestação
perturba Pilatos,
aumentando-lhe
a covardia;
manda que lhe
venham bacia e jarro.
Lava as mãos...”

A primeira decisão de Pilatos:

– Não vejo crime nenhum nesse homem.

Buscou três soluções para evitar a condenação: manda Jesus a Herodes, porque Galileu. Volta Jesus e Pilatos, lembrando-se do costume, pergunta:

– Querem que lhes solte Jesus ou Barrabás, este temido salteador.

O povo, em coro:

– Solte-nos Barrabás.

Manda, então, que se flagele Jesus. Apresenta-o ao povo, ensanguentado, coroa de espinhos, desfigurado, exclamando:

– *Ecce homo*.

“Explosão de trovoadas abalou os céus. A multidão agitou-se como um tigre. E, como raios no meio da tormenta cortavam o espaço, imperativos, implacáveis: “Crucifica-o.” (Plínio Salgado, “Vida de Jesus”).

Pilatos:

– Hei de crucificar o vosso Rei?

Disseram os judeus:

– Não temos outro rei, senão César. Se não o crucificar, não és amigo de César!

A manifestação perturba Pilatos, aumentando-lhe a covardia; manda que lhe venham bacia e jarro. Lava as mãos, como que para se isentar:

– Não quero condenar-me pelo sangue do justo.

A tanto, os judeus replicaram:

– Que o sangue dele caia sobre nós e nossos filhos.

A pusilanimidade venceu e Pilatos sentenciou:

– *Ibis ad crucem* (morte pela cruz).

Lavrou a sentença: “Compelido pelos Sumo Sacerdote e o Sinédrio e ameaçado por iminente insurreição do povo, que acusa Jesus de Nazaré de agitação contra a autoridade, de blasfêmia e de desprezo da lei judaica, exigindo-lhe a morte, entreguei-lhes o mesmo Jesus, para ser crucificado, não tanto movido pelas acusações, que em verdade não achei fundadas, mas para não ser acusado perante o Imperador de favorecer a insurreição e negar justiça aos judeus. Entreguei-o, porque exigiram com violência a morte, como transgressor da lei”.

É de Serafini: “O grau de importância do Direito Romano deve-se ao exercício dos pretórios”, que Pilatos deslustrou, rasgando a cultura romana, infirmo a justiça de Roma.

“Jesus não poderia ter sido crucificado porque, pela lei romana, só os escravos recebiam tal forma de castigo.””

E Papini observa: “A inocência julgada pela maldade, a sabedoria zombada pela ignorância, a divindade pisada pela ignomínia” (*“História de Cristo”*, pág. 611).

Com indisputável procedência, alinhou François Mauriac:

“Aplicado o castigo (flagelação), terminado devia estar todo o processo e Jesus tinha o direito a recuperar a liberdade. A aplicação da pena de morte não se justificava, porque não poderia ter sido julgado duas vezes, nem receber segunda pena.” (*“Vida de Jesus”*, pág. 262).

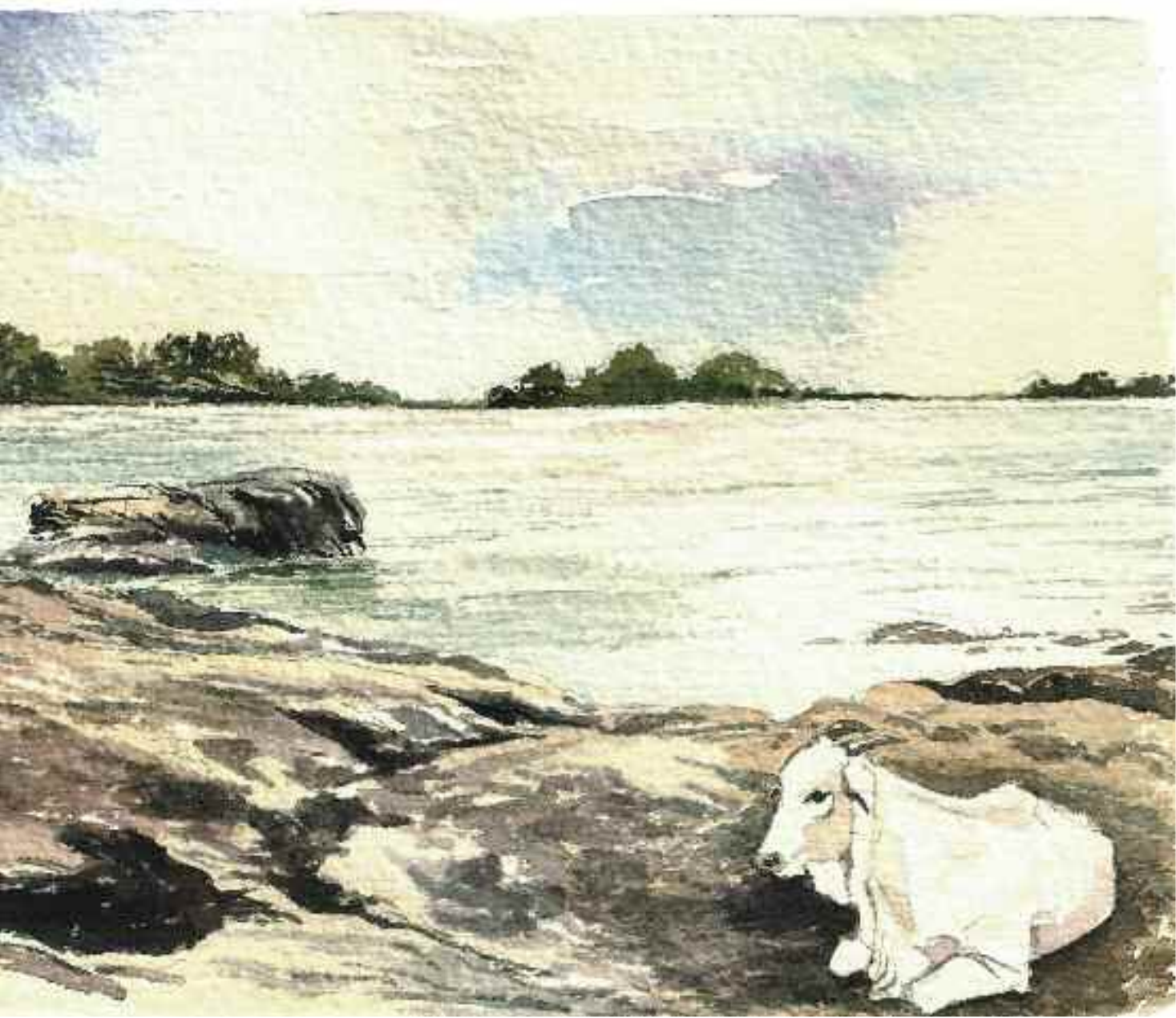
É do conspícuo Rebelo da Silva a colocação: “Por qualquer ângulo que se volte, no julgamento do Divino Mestre, encontra-se a eloquência das grandes catástrofes na nudez de suas ruínas.” (*“Fastos da Igreja”*)

Por derradeiro, arrola o desembargador Múcio de Abreu e Lima as inapagáveis máculas no julgamento de Cristo:

- a) não observaram as garantias do acusado;
- b) eram proibidas e consideradas clandestinas as audiências noturnas para a apuração da verdade;
- c) exigia-se a mais rigorosa concordância entre os depoimentos das testemunhas e, à menor dúvida, decidir-se em favor do acusado;
- d) só podia ser executada a sentença que impunha a pena capital após o decurso de vinte e quatro horas, tornando-se definitiva somente depois que os julgadores se reunissem e mantivessem a pena;
- e) eram vedadas audiências em véspera de sábado ou festas de guarda;
- f) a prisão ocorreu mediante suborno;
- g) ausência de acusação formal, nitidamente deduzida, com narrativa dos fatos;
- h) falta de defensor, cuja presença e atuação eram obrigatórias;
- i) duplo julgamento pelo mesmo delito;
- j) admissão de prova insuficiente;
- k) dois castigos pelo mesmo delito (flagelação e crucificação), o que era vedado pela lei romana.

Jesus de Nazaré não foi condenado: foi assassinado. (*“Processo e Julgamento de Jesus”*, pág. 172/175).

Jesus não poderia ter sido crucificado porque, pela lei romana, só os escravos recebiam tal forma de castigo.



Breve história do Norte de Minas

A história, não contada nas escolas, de homens e mulheres de grande reputação que estão nas origens de formação do orgulhoso povo conhecido como “mineiro”.

Bruno Terra Dias

Juiz de Direito em BH, presidente da Amagis

A formação do território e da sociedade de Minas Gerais não se faz tão somente a partir da região de exploração aurífera, mas necessariamente acrescenta a região pastoril, fornecedora de alimentos que sustentaram, ao início do século XVIII, a nascente sociedade na terra infértil em que ocorria a produção minerária. O trânsito comercial entre Morrinhos (posteriormente arraial de Mathias Cardozo e atualmente município de Matias Cardoso) e Salvador evidenciava a vocação regional para a exploração de currais de gado, voltada à satisfação das necessidades da antiga capital colonial; o fornecimento de víveres à sociedade aurífera deslocava atenções e, com o tempo, à luz das conveniências da Coroa portuguesa, acaba por integrar-se no eixo formador da nova Capitania de Minas Gerais, em 1720, que politicamente visava a: a) manter a exploração minerária, criando laços com a sociedade pastoril, que a sustentava de alimentos; b) manter fechado o trânsito mercantil com Salvador (o que já ocorria oficialmente desde 1702), por onde o ouro obtido com o fornecimento de alimentos escoava sem controle.

Mas houve uma consequência funesta para os ‘currais da Bahia’, região sanfranciscana que compreende o atual Norte de Minas, em ser limitada à Capitania de Minas Gerais, comerciando gado com a região das minas e proibida, em 1702, de comerciar outros produtos oriundos de Salvador. A facilidade inicial do fornecimento de víveres à sociedade mineradora foi gradativamente perdendo importância, na medida em que os contatos desta última com o Rio de Janeiro foram facilitados e aumentados. Gradativamente, o Norte de Minas, já então afastado do contato mercantil com Salvador, foi igualmente afastado do comércio com a sociedade mineradora e sua sociedade, disseminada a partir de Morrinhos, caiu no esquecimento...

Sociedade pastoril: sustentáculo da sociedade mineradora

Mineiro cansado, baiano cansado, mineiro / baiano, baiano / mineiro, baianeiro, catrumano, sertanejo, norte – mineiro são algumas denominações pelas quais são conhecidos os moradores desta vasta área que abrange o solo banhado pelo Rio São Francisco e respectivos afluentes. Todas as denominações distintas deste povo, exclusivas de uma realidade intermediária entre a opulência aurífera e o atual sertão baiano, revelam as contradições de uma vocação pastoril, que já comercializou com a antiga capital colonial (Salvador), condição da qual não abdicou, mas da qual foi apeada pela Coroa portuguesa para tornar-se sustentáculo alimentar da exploração minerária nas inférteis

terras que outrora compunham a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Fundiram-se o norte da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro com parte do sertão da Capitania da Bahia, na margem direita do São Francisco, que então chegava pelo menos até a nascente do Rio das Velhas (há discussão sobre a maior extensão da Capitania da Bahia, alcançando até a nascente do Rio Pará, como relata Simeão Ribeiro Pires, “Raízes de Minas”), onde atualmente situam-se os municípios de Sabará e de Belo Horizonte, e parte da Capitania de Pernambuco, na margem esquerda do mesmo Rio São Francisco, para formar a nova Capitania de Minas Gerais.

A Capitania de Minas Gerais, portanto, formou-se da exploração aurífera nas minas e da atividade pastoril nos gerais. Não se trata de discussão jurídica, mas de realidade histórica confirmada por farta documentação. O atual território mineiro resultou, à época inicial de sua fundação – sem prejuízo de posterior acréscimo das terras atualmente conhecidas como Triângulo Mineiro – do desmembramento das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro (região sul, até aproximadamente a região onde hoje se encontram os municípios de Ouro Preto e Mariana), Bahia (margem direita do Rio São Francisco, até a região que atualmente abrange os municípios de Sabará e Belo Horizonte, chegando próximo a Ouro Preto e Mariana) e Pernambuco (margem esquerda do Rio São Francisco).

Antecedentes históricos

Para se entender a formação inicial de Minas Gerais, torna-se necessário consultar não somente a realidade de 1720, mas recuar um pouco mais no tempo para verificar aspectos políticos e econômicos determinantes da ocupação do solo desde o início da história do Brasil Colônia.

A colonização iniciou-se efetivamente com o estabelecimento das capitanias hereditárias, por decisão de Dom João III, no século XVI. Os donatários recebiam do rei amplos poderes para administrar (monopólio da justiça, fundação de vilas, doação de sesmarias, alistamento de colonos para fins militares etc.) e explorar economicamente (instalação de engenhos de açúcar, instalação de moinhos d’água, arrecadação de tributos, extrativismo etc.) as terras com que eram aquinhoados, mas não recebiam a propriedade delas e suas capitanias podiam ser modificadas ou extintas pelo **mesmo poder** que as havia concedido.

Desde 1549 o Brasil foi dotado de um Governador-Geral, sendo Tomé de Souza o primeiro, nomeado por Dom João III.

“Em meados do século XVIII, por obra do Marquês de Pombal, completou-se a migração de todas as capitanias para o domínio estatal.”

Em geral, fracassaram as capitanias hereditárias, exceção feita a São Vicente e Pernambuco, razão pela qual a Coroa portuguesa paulatinamente as retomou, por compra, mantendo-as como unidades administrativas pertencentes ao Estado. Em meados do século XVIII, por obra do Marquês de Pombal, completou-se a migração de todas as capitanias para o domínio estatal.

Início da ocupação das terras marginais ao Rio São Francisco

Testemunha de seu tempo, Frei Vicente do Salvador leva a público (História do Brasil – 1500 /1627) sua contribuição à compreensão do início de povoação das terras brasileiras a partir das capitanias da Bahia e Pernambuco. Notícia o autor as entradas que se fizeram a partir das margens do Rio São Francisco, o que é integralmente compatível com o paulatino desbravamento dos sertões pela extensão das capitanias envolvidas, a criação de currais de gado e a formação de extensos latifúndios, dos quais um dos maiores de toda a história do Brasil situou-se à margem direita do rio da integração nacional, por nada menos que 160 léguas (à época, a légua contava-se em 6.600 metros), conforme estudos procedidos por Simeão Ribeiro Pires, invocando farta documentação (“Raízes de Minas”).

É de Simeão Ribeiro Pires a seguinte passagem (pág. 46), bastante ilustrativa do acúmulo de terras e constituição de imenso latifúndio na segunda metade do século XVI, à margem direita do São Francisco, partindo da região que abrange a atual capital mineira para alcançar, ao cabo de 160 léguas, o sertão do atual Estado da Bahia, estabelecendo currais de gado, em conformidade com uma natural vocação pastoril:

Inegavelmente, a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do Rio São Francisco e do Rio Verde.

Em uma visão mais ampla, cumpre acentuar que todo o lado direito do Rio São Francisco pertencia à Província da Bahia e o lado esquerdo à Província de Pernambuco.

O próprio Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito, ao integralizar, por doações, heranças e compras os seus dilatados domínios, à frente de sua milícia, subiu o São Francisco, percorrendo os seus afluentes, como o Rio das Velhas e o Rio Jequitaiá, reprimindo as constantes desordens dos facinorosos.

Entretanto, logo após realizar os seus sonhos de papa-terras veio a falecer.

Mas já abriu para o sertão as fronteiras da pecuária:

– A mais segura vocação da terra sertaneja.

Caminhos do ouro

Nesta oportunidade, cumpre proceder pequeno apanhado, com transcrição parcial e comentário ao livro *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*, obra coletiva organizada por Antônio Gilberto Costa (Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005).

Não se destinando a pesquisar as origens e a importância da sociedade pastoril do Vale do São Francisco para a formação da Capitania de Minas Gerais, presta-se a obra indiretamente ao propósito, como indicador seguro, à luz dos fatos que relata e do prestígio científico da coedição internacional.

A respeito do conhecimento da Coroa portuguesa quanto à existência de tesouros em terras brasileiras, nos finais do século XVI, cuja exploração somente tornar-se-ia viável a partir do início do século XVIII, discorre-se à pág. 36:

Ao final dos Quinhentos, já era do conhecimento do governo português a ligação entre os sertões do interior da porção centro-sul de sua colônia na América do Sul e a localização dos seus tão almejados tesouros. Mas, somente a partir de meados dos Seiscentos até o início dos Setecentos é que os caminhos para as minas se consolidariam. Traçados ou descobertos por sertanistas pioneiros, principalmente a partir da abertura de picadas no mato grosso (zonas de floresta primitiva), esses caminhos passaram a constituir importantes vias para a ocupação do território das minas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A esse tempo, os caminhos da Bahia já haviam permitido um razoável conhecimento de boa parte da região do Vale do Rio São Francisco, incluindo territórios localizados na Bahia, em Pernambuco e no norte de Minas Gerais.

A referência à região norte de Minas Gerais cumpre a finalidade de localizar uma faixa de terras já explorada e povoada no século XVII, antes do surgimento e fixação de uma sociedade mineradora, o que somente ocorreu no século XVIII. Entretanto, acaba por ocultar que esta mesma região de vocação pastoril integrava a Capitania da Bahia, até ser fundida com a região norte da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, formando a Capitania de Minas Gerais.

No tocante a entradas e bandeiras que exploraram diversos territórios da colônia, estabelecendo caminhos que permitiram o surgimento da sociedade mineradora, discorre-se à pág. 43:

Bandeiras alcançaram Minas Gerais, Goiás e o Mato Grosso, a partir das capitanias de São Vicente e do Espírito Santo. Entradas adentraram o território das minas gerais, principalmente a partir da Bahia. Do conjunto de bandeiras paulistas e entradas baianas, aquelas organizadas entre meados e o fim dos Seiscentos podem ser consideradas como sendo as demarcadoras dos Caminhos para as Minas ou dos Caminhos do Ouro e das Estradas Reais.

Embora o enfoque da obra não seja a formação dos currais de gado, é interessante observar o reconhecimento de que as terras formadoras do atual Norte de Minas, onde floresceu a sociedade pastoril, sem a qual não haveria como surgir e sustentar-se posteriormente a sociedade mineradora, foram desbravadas e povoadas principalmente, não exclusivamente, a partir da Capitania da Bahia.

Segue-se a consideração quanto à formação da expedição de Fernão Dias Paes e principais membros, com justificação da participação respectiva, especialmente no que concerne a Mathias Cardoso, conforme se vê à pág. 54:

Considerando a recomendação e ordem de D. Pedro, encaminhada através de carta autografada, Fernão Dias vai aos cerros de Marcos de Azevedo em busca das esmeraldas. Ele se apresentou e já em agosto desse ano iniciou a preparação de sua famosa bandeira, que em 21 de junho de 1674 tomou o rumo das Geraes, indo até o interior das terras do Sabarabuçu. Acompanharam, entre outros, seu filho Garcia Rodrigues Pais, seu genro Manuel da Borba Gato e o Capitão Mathias Cardoso por ser este conhecedor velho dos sertões das Geraes. Assim como Cardoso, inúmeros outros já haviam se habituado ao trato com essas paragens, atravessando esses sertões enquanto caçadores de índios ou condutores de gado.

A menção ao Capitão Mathias Cardoso só pode ter como referência Mathias Cardoso de Almeida, o filho, posto que Mathias Cardoso de Almeida, o velho, faleceu em 1656. Note-se que em 1674 Mathias Cardoso de Almeida, o filho, já era reconhecido como experiente e respeitado no trato do sertão sanfranciscano, então Capitania da Bahia e atualmente região norte de Minas Gerais. A menção ao costume do trato com as paragens sertanejas, no aprisionamento de índios e condução de gado tem como suporte a existência de povoação e currais de gado, também conhecidos como currais da Bahia.

“Bandeiras alcançaram Minas Gerais, Goiás e o Mato Grosso, a partir das capitanias de São Vicente e do Espírito Santo.”

Mais adiante, ainda na pág. 54, em confirmação da afirmação de prévio povoamento da região atualmente conhecida como Norte de Minas, no século XVII, extrai-se:

Da região da Serra das Esmeraldas para o norte, já havia caminho aberto há muitos anos e, ali perto, nas margens do São Francisco, existiam inúmeras fazendas baianas de criação de gado. Para essa parte do território mineiro a contribuição baiana foi muito importante e superou a dos paulistas. Com a abertura do caminho pelo Vale do Rio São Francisco e do Caminho do Rio de Contas até o Serro Frio [e Bom Sucesso do Fanado das minas novas do Arassuahy], iniciou-se o processo de povoamento dessa região com trânsito e abastecimento de gado e viveres para a região das minas.

Ressalte-se que, sendo verdade que os currais de gado, também conhecidos como currais da Bahia, forneceram alimentos para a região mineradora, já no final do século XVII e início do século XVIII, como reconhecido no texto transcrito, a formação das fazendas não poderia ocorrer em momento posterior ao início da atividade mineradora. Efetivamente, a esterilidade das terras dedicadas à exploração minerária não permitiria, como não permitiu, a fixação do elemento humano e a formação de cidades; era necessária, antes de tudo, a preexistência da atividade pas-

toril para suprir de gêneros os mineiros e permitir o surgimento da sociedade mineradora.

Há, ainda, na sobredita obra, importante relato das motivações políticas e econômicas para a proibição do comércio da região das minas com a Capitania da Bahia, salvo no que toca ao comércio de gado. Era evidente a intenção do Governador-Geral João de Lencastre em subordinar a região das minas à influência do Rio de Janeiro, em detrimento da Bahia, posto que entram “por ele fazendas de todo o gênero, escravos e mais cousas necessárias para o seu uso com menor valor do que lhe custam no Rio de Janeiro” (transcrição parcial de *Informação sobre as minas do Brasil*, pág. 211).

Considerações perfunctórias a Capistrano de Abreu

Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*) informa a ocupação das margens do Rio São Francisco pela atividade de criação de gado bovino, tanto à esquerda, na Capitania de Pernambuco, como à direita, na Capitania da Bahia. Pela Capitania da Bahia, cita o latifúndio de Antônio Guedes de Brito, com 160



léguas de extensão, “contadas do morro do Chapéu até águas do Rio das Velhas” (pág. 72), corroborando assim as afirmações de Simeão Ribeiro Pires.

Na sequência, cita expressamente Matias Cardoso como conquistador paulista estabelecido às margens do São Francisco, ocupador do sertão, produzindo carne e leite com fartura, sendo minguaos outros recursos alimentares. A indicação é suficiente para dar credibilidade à afirmação da prévia ocupação da região com a formação de currais de gado e fixação de uma população dedicada à atividade, indispensável à posterior formação e sedimentação da sociedade mineradora em Mariana e cercanias.

A conferir cientificidade às suas conclusões e demonstrar suporte documental de época, Capistrano de Abreu transcreve André João Antonil (anagrama do jesuíta João Antônio Adreoni), que discorre sobre a atividade pastoril, em fins do século XVII, às margens esquerda (Pernambuco) e direita (Bahia) do Rio São Francisco, estendendo-se até pouco além da região hoje conhecida como municípios de Belo Horizonte e Sabará, no estado de Minas Gerais.

Ainda em conformidade com Capistrano de Abreu, a existência de uma sociedade dispersa na imensidão do sertão fez com que, após instalado o arcebispado da Bahia, fossem instaladas freguesias de até mais de cem léguas, autorizando-se então a cobrança do dízimo. A instalação de freguesias pelo arcebispado de Salvador, na Capitania da Bahia, inclui Morrinhos, atual município de Matias Cardoso.

Referindo-se à necessidade de suprimentos para fixação de sociedades mineradoras, discorre longamente sobre o relato de Antonil e a importância da região dos currais de gado para a fixação de uma sociedade que explorasse as riquezas minerais, de cuja existência já se sabia desde o século XVI.

O relato sobre as dificuldades vivenciadas pelos mineradores, chegando à morte por inanição, melhor justifica a necessidade do estabelecimento regular de troca de ouro por alimentos produzidos na região dos currais da Bahia.

Afirma Capistrano de Abreu (págs. 79/80):

“Não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento”, informa Antonil-Adreoni. “Porém tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar... E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas.”

João Batista de Almeida Costa e sua pesquisa antropológica

O professor João Batista de Almeida Costa pesquisou detidamente as realidades das sociedades cofundadoras de Minas Gerais, aplicando metodologia científica para obter sucesso em seu doutoramento em Antropologia Social pelo Departamento

de Antropologia da Universidade de Brasília, isto em 2003. A tese não se encontra disponível no mercado, mas a ela tivemos acesso com o consentimento do autor.

A importância da tese de doutoramento não está apenas na revelação de fatos até então relegados ao olvido, mas na interpretação que deles faz, firmando cientificamente os parâmetros da dependência da sociedade mineradora, subordinada à sociedade pastoril no que concerne ao fornecimento de gêneros alimentícios, particularmente carne, através do comércio de gado. Neste sentido, o trecho que se transcreve (pág. 77):

A fixação dos mineradores na região das minas gerais, entretanto, só se torna realmente permanente após a vinculação com a sociedade pastoril, que passou a fornecer grãos e gêneros alimentícios, gado bovino para a alimentação, equino e muar para o transporte do ouro. A sociedade mineradora no seu processo de emergência requer o estabelecimento de relação com outras regiões que possibilitem, por um lado, o abastecimento local e por outro a sua consolidação com caráter próprio. Na sua origem, dessa forma, torna-se dependente do abastecimento que naquele momento foi possibilitado pelos gerais, onde a sociedade pastoril se estabeleceu, mormente no curso médio do Rio São Francisco, conforme informam André João Antonil (1982) e a denominação jocosa com que os marianenses são conhecidos: os gaveteiros.

Convalidando a importância regional de Morrinhos e a existência de uma população fixa e religiosa já no século XVII, reporta-se o pesquisador à necessidade local de orientação religiosa ao povo, lembrando a instituição da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, em 8 de dezembro de 1695, pelo Arcebispo de Salvador, Dom Frei Manuel da Ressurreição, posto que à época a região pertencia à Capitania da Bahia. A importância de Mathias Cardoso de Almeida e dos currais da Bahia é reforçada (pág. 235):

Como uma organização social, ao mesmo tempo política e guerreira, a bandeira de Mathias Cardoso dominou o cenário regional, que passou a ser conhecido como os Currais da Bahia. Essa região, segundo Pedro Taques “era país fértil, de grande opulência, concurso de negócios e de outras muitas utilidades” (1980: 145, T. 1). Nesse tempo, dá prosseguimento à construção do arraial, elevado em 1695 à condição de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos e à construção da igreja matriz.

O primeiro padre da paróquia foi Antônio Thomaz Corvelo D’Ávila, que em 1708 fundou o atual município de Curvelo.

Mais que uma região

Esta pequena introdução ao Norte de Minas, mais que qualquer outro objetivo, resgata um pouco da história esquecida, e lamentavelmente não difundida nas escolas de ensino fundamental. Homens e mulheres de grande reputação necessitam ter sua memória revelada, mostrando as origens do orgulhoso povo de todos conhecido como “mineiro”.

“A fixação dos mineradores na região das minas gerais só se torna realmente permanente após a vinculação com a sociedade pastoril.”



C'est la vie

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TJM/G

“C iência sem consciência não passa de ruína da alma.”
(François Rabelais)

Miguel Parisien é bem nascido. O pai Honório, conceituado engenheiro civil, constrói grandes obras, públicas e privadas, no município mineiro de Rocas das Nascentes. A mãe Genoveva é proprietária de badalada boutique naquela cidade, onde nasceram Miguel e Michele, irmã caçula.

Nos anos 1980, a família veraneava em férias no Rio de Janeiro. Frequentavam bons restaurantes, cinemas, museus e pontos históricos. Honório gostava de repetir, à saída da Confeitaria Colombo, do Cine Roxy ou do Museu Histórico Nacional:

– É a capital cultural do Brasil!

Também viajavam ao estrangeiro. Foram duas vezes aos Estados Unidos e excursionaram por Portugal, Espanha, Itália e França. A estada em Paris fora inesquecível, com visitas diárias ao Museu do Louvre, passeios variados e jantares em Montmartre.

Miguel estudou em austero colégio de padres jesuítas na terra natal. Concluiu o segundo grau no início da década de 1990. Inteligente e estudioso, logrou imediata aprovação no vestibular para o melhor curso de Direito de Belo Horizonte.

Bons tempos aqueles da faculdade. Excelentes professores borrifavam a Filosofia do Direito. Miguel se deleitava com Hans Kelsen e a Teoria Pura do Direito. Em contraponto ao famoso austríaco, lia François Geny, Georges Ripert, Rudolf Stammler, Rudolf von Ihering e Miguel Reale. Deste último, Miguel repetia de cor a frase: “o homem jamais se desprende do meio social e histórico, das circunstâncias que o envolvem no momento de agir”. E exclamava, de peito estufado, para bazofiar perante os colegas:

– Grande jurisfilósofo, o xará!

Recém-formado, foi convidado a atuar na consagrada banca belo-horizontina de um ex-professor. Advogou bastante tempo na capital mineira. Frequentemente defendia causas em outras importantes cidades do estado e grandes capitais brasileiras. Visitava os tribunais superiores em Brasília.

Eram centenas de causas administrativas, empresariais e tributárias. Miguel passou a conhecer profundamente o mundo faraônico – e não raro tenebroso – dos grandes negócios. Dominava a dinâmica dos contratos, títulos de crédito, falências, concordatas e sociedades empresariais. Era versátil nas complexas negociações bancárias, juros e anatocismo. Tornou-se um *expert*.

Nas viagens desfrutava hotelaria e culinária requintadas. Só temia os aviões. Antes das decolagens, beijava a medalhinha dourada do arcanjo São Miguel – presente da mamãe, sempre pendente do pescoço em correntinha reluzente. E recordava Fernando Sabino, para quem há dois tipos de pessoa: as que têm medo de avião e as que fingem que não têm...

Solteiro e bem apessoado, arranjava-se bem com moças bonitas. Preferia companhias intelectualizadas e desfiava sua

prosa envolvente entre sofisticados vinhos importados. Bon vivant o nosso protagonista.

Ainda assim, tinha um sonho a realizar: ser juiz de direito. Após seis anos de intensa e rentável advocacia, dono de confortável apartamento no bairro Mangabeiras, luxuoso carro importado e vultosas aplicações no mercado financeiro, Miguel prestou concurso. Estudara com afinco, foi aprovado e obteve boa classificação.

Escolheu a Comarca de Morro do Talho para iniciar a carreira. Situada em região distante da capital mineira, a cidade é acessada por sinuosa estrada de terra. Desde a primeira viagem, optou pelo ônibus regular, saltitante e parador. Não era afeito a guiar naquela via, enfrentando derrapagens no cascalho, em estação de seca, e intransponíveis atoleiros, na temporada das chuvas. De mais a mais, não ia desgastar seu reluzente automóvel americano.

No dia-a-dia deslocava-se a pé. A pacata urbe desconhecia distâncias e ali o tempo não passava. Lembrava Carlos Drummond de Andrade na Cidadezinha Qualquer:

*Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.*

Instalou-se na pensão de dona Madalena, a única do lugar. “E também a melhor”, brincava o cáustico promotor de justiça Faustino. Apesar da rusticidade, os hóspedes dispunham de quarto limpinho, roupa lavada e comida caseira. O banheiro era comum aos poucos clientes, mas sempre aseado.

O vira-lata da dona da estalagem – Pirilampo – afeiçoou-se a Miguel. O sonolento cãozinho assumia esgares de pedinchão bem sucedido, sobretudo quando estavam os comensais à mesa. Tornava-se lampeiro, contudo, ao empreender prolongadas fugas no encaço de alguma cadela no cio. Restabelecida a rotina e com os instintos saciados, todas as noites o cachorrinho se aconchegava aos pés do magistrado para acompanhar a “novela das oito”.

Encerrada a trama diária, Miguel recolhia-se ao quarto. Lia muito até adormecer, por volta das onze da noite. Além do pequeno guarda-roupa, mantinha na hospedaria alguns livros de filosofia e clássicos brasileiros, portugueses e franceses. As obras de doutrina jurídica repousavam nas prateleiras do gabinete de trabalho.

Levantava cedo, exercitava-se em longa caminhada, barbeava-se, banhava-se, vestia o terno impecável, penteava-se,

“O antigo sonho se desenrolava: era enfim um magistrado. Desde os tempos da faculdade idealizava a figura do juiz.”

perfumava-se e seguia para o fórum. No trajeto, o mancebo despertava suspiros das mocinhas casadoiras do lugarejo.

A rotina de trabalho era suave, no ritmo interiorano. A comarca abrangia mais um pequeno município e alguns distritos sob sua jurisdição. Contabilizava poucos processos. Homicídios eram raridades. Lidava apenas com insignificantes crimes de furto e lesões corporais, inventários de pouca monta e questiúnculas rurais – divisas de terras, parcerias agrícolas e irrisórias dívidas de agricultores.

O dilatado tempo disponível era preenchido com leituras de atualizadas obras jurídicas e revistas de jurisprudência, adquiridas nas viagens mensais à capital.

O antigo sonho se desenrolava: era enfim um magistrado. Desde os tempos da faculdade idealizava a figura do juiz. A comarca pequena e provinciana – é verdade – ainda não lhe oferecera causas memoráveis para julgar. O melhor estava por vir, ao progredir na carreira e enfrentar comarcas de maior porte. Paciência.

Ainda assim rememorava texto de Eduardo Couture: da dignidade do juiz depende a dignidade do direito. O direito valerá, em um país e determinado momento histórico, o que valem os juízes como homens. O dia em que os juízes tiverem medo, nenhum cidadão dormirá tranqüilo.

Contudo, numa suave noite outonal foi Miguel quem não dormiu tranqüilo. Terminada a novela, vestira o pijama, acendera o abajur e se deitara para a leitura do envolvente romance Os deuses têm sede, de Anatole France.

Em poucos minutos de recolhimento, parou à porta da pensão a velha e ruidosa viatura da polícia militar. As lâmpadas vermelhas giravam no teto do veículo e provocavam clarões de boate na circunvizinhança.

O rotundo e esbaforido sargento Emiliano foi atendido por uma assustada dona Madalena:

– O Dr. Miguel está?

– Tá no quarto, sô sargento. O sinhô faz favô de sentá e tomá um cafezinho. Eu chamo ele.

Miguel vestiu rapidamente uma roupa social. O sargento, com as bochechas vermelhas e o bigodão oscilante, narrou o ocorrido.

– O Chico da Divina, dotô, marrô o pé de um frango numa corda. Marrô a outra ponta num tijolo. E pendurô o coitado do bicho na mureta de casa. Num dêxa ninguém chegá perto. Tá numa cachaça doida e segura uma faquinha pontuda.

Chico da Divina era o mais afamado doido da cidade. O apelido, como acontece no interior das Minas Gerais, reporta-se à falecida mãe de Chico. Divina era uma benquista lavadeira, muito requisitada pelos moradores.

Chico perambulava o dia inteiro, descalço e com rotas calças “pega frango”. As camisas puídas, sempre desabotoadas, expunham as costelas magras e ossudas. Possuía o olhar vago dos insanos e falava sozinho.

As pessoas lhe davam trocados, sobras de comida e, sem nenhuma avareza, cachaça. Cachaça ruim era a que Chico mais apreciava. Quanto mais bêbado, mais alto falava. Admoestava inimigos imaginários, desfiando uma enxurrada de palavrões.

Às vezes era divertido. Certa feita, pescava da pequena ponte de madeira, sobre o raso e sujo Córrego dos Girinos.

Um conterrâneo passava e avisou:

– Aí num tem peixe, Chico.

O doido levantou a vara e mostrou a linha até a ponta:

– Aqui tamém num tem anzol.

Chico morava de caridade no Asilo de Idosos Madre Teresa de Calcutá, um conjunto de choupanas. Era o local da ocorrência que agitava a noite da pacata Morro do Talho.

Miguel vestiu um blazer e embarcou na viatura com o sargento Emiliano e dois soldados.

Chegaram ao asilo. Havia um aglomerado buliçoso de vizinhos e curiosos defronte à casinha do Chico da Divina. Sucumbido ao contrapeso do tijolo, o galináceo já se debatera desesperadamente. Agora agonizava, com bico aberto, assustado e ofegante.

Alucinado de loucura e cachaça, Chico da Divina ameaçava os circunstantes que se aproximassem com uma faca de cozinha:

– Espáia, espáia! Se chegá perto ô furo! O frango tem dono!

Vizinhos chamaram a polícia militar e Chico não atendeu aos apelos do sargento Emiliano:

– Só sóрто o frango se o juiz vinhé aqui e mandá.

Surgiu, então, o Dr. Miguel. Falou com energia frase pensada:

– Que é isso, Chico? Todo mundo gosta de você aqui na cidade, um homem tão bom. Solta o frango!

– Sinhô tá pedindo ô tá mandando?

– Tô mandando, Chico, mas como amigo.

– Antonces ô sóрто, modiquê o sinhô mandô...

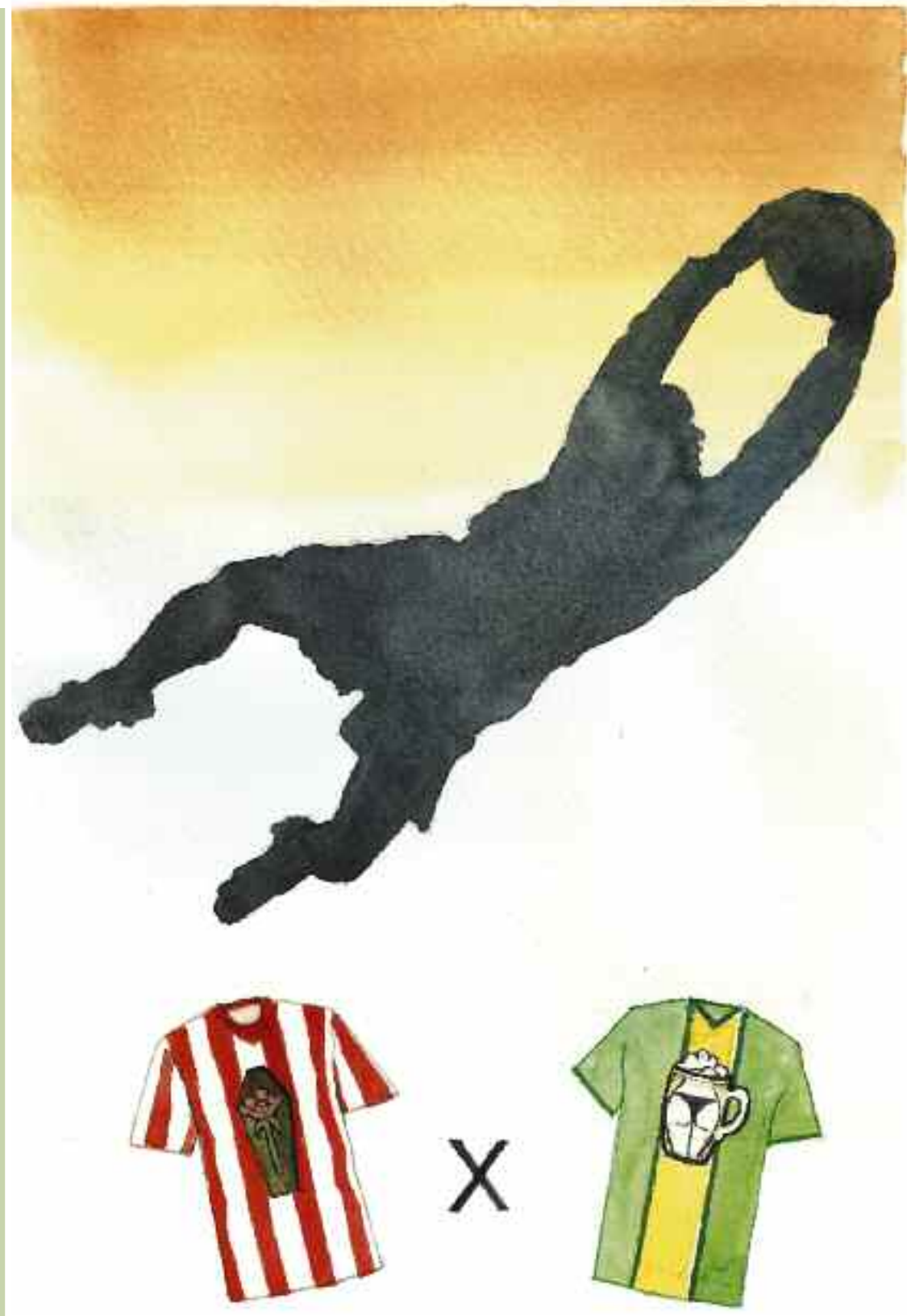
Soltou o frango, sob aplausos dos presentes. Obedeceu de novo o Dr. Miguel e guardou em casa a faca de cozinha.

Aliviado, o juiz deu a Chico um bem fornido sanduíche de mortadela com queijo e refrigerante, que comprou no Botequim do Angorá, ali nas imediações. O juiz pediu que a polícia deixasse o doido quieto.

Resolvida a questão, Miguel voltou ao quarto da pensão. Não conseguia ler mais nada. Revirava na cama, insone. Aquele quadro surrealista o impressionara, revolvía-lhe a mente. Caberia no romance Cem Anos de Solidão, de Gabriel García Marquez, que lera nos tempos de faculdade. Naquela noite não estava em Morro do Talho, estava em Macondo...

Sentia que algo mudara irremediavelmente em seu espírito. Kelsen, Ihering, Geny, Ripert, Stammler e Reale... A vivência o distanciou de todo esse filosofar. Dizem que o Direito se aprende nos livros e em autos de processo. Entretanto – Miguel concluía – sua verdadeira escola é a vida. *C'est la vie.*

“Dizem que o Direito se aprende nos livros e em autos de processo. Entretanto – Miguel concluía - sua verdadeira escola é a vida. *C'est la vie.*”



O goleiro na hora do gol

Renato Zouain Zupo
Juiz de direito em Araxá

Aquele campinho de terra batida, típica várzea, iria abrigar dentro de instantes um clássico de proporções inusitadas naquele bairro da periferia de uma grande cidade, em uma peleja de domingo que marcaria um encontro especial entre o time dos casados e o time dos solteiros. Não um clássico qualquer, mas aquele jogo serviria para inaugurar as camisas recém adquiridas através de uma 'vaquinha' dos próprios jogadores e de seus familiares. Até então os times dividiam-se entre aqueles sem camisa e os com camisa. Certa vez Eliomar, beque dos solteiros, conseguiu dois jogos de camisa de Cruzeiro e Atlético, mas foi uma briga ferrenha entre os atleticanos que teriam que jogar com a camisa do rival estrelado e os cruzeirenses que teriam de usar o manto adversário. Não deu certo e acabou mais cedo. O negócio era providenciar camisas próprias.

E providenciaram. A esposa de Doquinha, técnico dos casados, criou a logomarca do time do marido, um escudo com um caixão e uma flor, como se a lembrar o fim das belezas da vida, o símbolo do matrimônio. Os solteiros preferiram aceitar os conselhos de Durval, seu lateral direito, que "colou" da internet uma bunda morena de biquíni com um caneco de chope ao fundo, dentro de um escudo com chifrinhos. Depois se reuniram em uma festinha para inaugurar a laje da casa do centroavante dos casados, e ali cotizaram a encomenda das camisas, vermelhas com listras brancas a dos casados, verdes com detalhes amarelos para os solteiros. Encomendaram tudo de uma loja de uniformes e um dos jogadores que não tinha o nome no SPC pagou com três cheques pré, enquanto se passava o boné aos poucos para cobrir os borrachudos.

Depois que as camisas foram entregues prontas foi só marcar o grande dia, para variar domingo, dia da folga de todo mundo, até dos que não trabalhavam, dentre eles Elisson porque era só estudante e nos finais de semana compunha a zaga dos solteiros, e de Ezequiel, dos casados, eternamente desempregado porque tinha problema de cabeça que não lhe deixava ficar em emprego nenhum, até conseguir atestado, perícia e encostar pelo INSS já fazia dois anos; mas para jogar no gol do seu time ele estava bonzinho da silva. Pena foi que Pedro Paulo, cabeça de área dos solteiros e seu capitão, era motorista de ônibus e naquele dia estava de serviço. A tarja de capitão, na verdade um pedaço de bandana reaproveitado por uma costureira, ficou com o centroavante do time, Jesterton. Na cabeça de área tiveram que improvisar o irmão do técnico do time, que era casado mas era bom de bola, apesar do outro time chiar porque, afinal de contas, solteiro é solteiro e casado é casado.

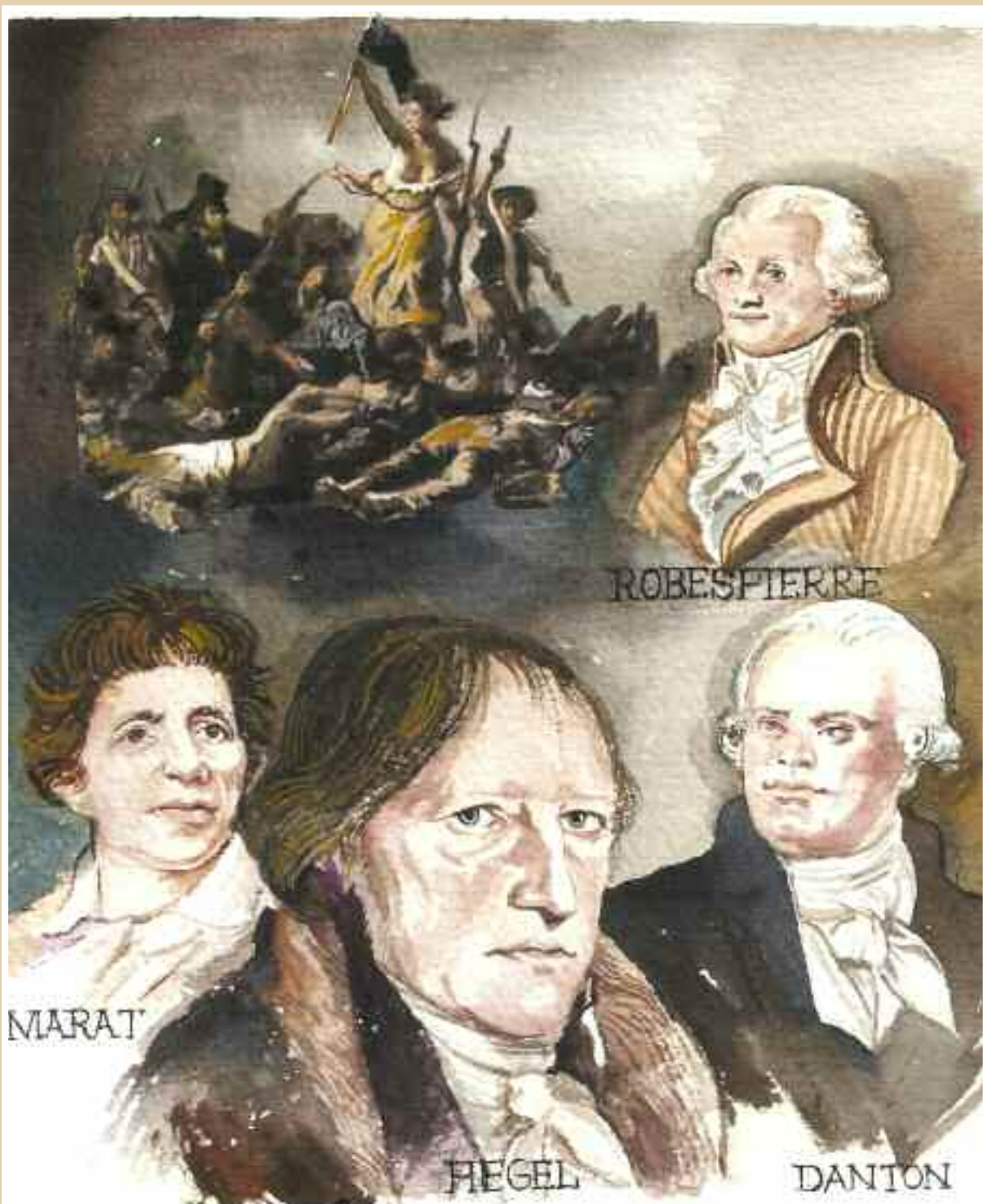
Por falar nisso, e os amigados? Quando o amancebado era mau jogador, tudo bem, ninguém queria, não tinha discussão. Mas se o mancebo fosse bom de bola, cada um dos lados o queria para si. Foi assim com Cecivaldo, que era tratorista e noivo da doméstica Jurema fazia anos, e de uns tempos para cá passara a morar com ela. Como era excelente no cabeceio, os dois times lutavam pelo seu passe, os casados alegando que "amigado de fé casado é", os solteiros afirmando que Cecivaldo era noivo e presumivelmente iria se casar, e que, portanto, não era ainda casado. Cecivaldo só ria e dizia que só noivou porque depois do noivado já podia

namorar pelado, e que estava só morando junto, casamento era outra coisa para outra hora ou outra encarnação. Claro que só falou isso porque Jurema não estava por perto, mas com esse argumento acabou nos solteiros. Em compensação, outro amasiado, o Nestor, para contrabalançar acabou na meia-direita do adversário porque o Doquinha, que além de técnico dos casados era bacharel em Direito, disse que a constituição iguala casados e juntados.

Encontrar um juiz foi mais difícil. Tinha que ter moral para não tomar porrada no primeiro pênalti marcado e também alguma noção de apito. Também não podia ser barrigudo que não aguentasse correr atrás da bola os 60 minutos (com dois tempos de 30, que ninguém suportava mais que isso). Acabaram escolhendo o sargento Mendes, militar da reserva que era respeitado por todos e que foi craque na juventude, atualmente até integrava a torcida organizada de um time de segunda divisão e dava palpite em reunião na diretoria do clube.

Para depois do jogo haveria uma festa improvisada no botequim do Claudecir, que largou emprego de peão em refinaria de petróleo e com o acerto montou aquele comércio que não andava muito bom das pernas em termos de finanças, mas que servia para o Claudecir ter desculpa em casa para encher a cara com os amigos sem se preocupar muito. Claudecir não jogava em nenhum dos dois times, pois já passara dos cinqüenta e tinha proibição médica, mas gostava da farra e tinha amigos dos dois lados do campo. Aliás, era sogro do Doquinha (dos casados), mas compadre do Adonias (armador dos solteiros). Abriu o bar no domingo especialmente para a resenha esportiva após a peleja e encomendou com Dona Cacilda, mãe do Cecivaldo, uma feijoada fora de época porque dia de feijoada é sábado, mas aquele era o prato preferido da moçada e a especialidade de Dona Cacilda, então que se danasse o calendário. A turma pagou os ingredientes, mais a carne de segunda para o churrasquinho preliminar assado pelo próprio Claudecir em uma churrasqueira improvisada nos fundos do lote do bar, além das cervejas que chegaram quentes, mas já estavam no freezer do botequim no aguardo dos heróicos futebolistas, verdadeiros gladiadores do esporte, que não tardariam após a peleja.

E logo chegaram. O placar não importava. Estavam todos com uma alegria estranha, descompromissada com resultados. Sabia-se pelos comentários que Cecivaldo não viu a cor da bola e que Diomedes, beque dos casados, fez valer sua experiência de ex-profissional fungando no cangote dele o tempo todo, não deixando o negão jogar. Também se disse que Jesterton acertou uma bola na trave e acabou trocando tapas com Elisson no centro do gramado, sendo ambos advertidos com uns cascudos pelo árbitro sargento Mendes, que havia esquecido os cartões em casa. Mas o que mais se comentava era a incrível defesa de Ezequiel, o inválido dos casados, que deu um sem pulo para aparar um chute no ângulo de Adonias, subiu igual passarinho ou acrobata, e na descida ainda desviou uma cabeçada no rebote que ninguém viu quem deu, mas que rendeu uma defesa linda parecida com a de Gordon Banks no Brasil x Inglaterra da Copa de 1970. Daqueles lances que nos fazem lamentar que não existam *replays* para peladas de rua, assim como não há reprises para os melhores momentos da vida.



Hegel, a razão e o ideário da Revolução Francesa

Célio César Paduani
Desembargador do TJMG

O mundo torna-se uma ordem de razão a partir do surgimento do Direito moderno. Com as idéias da Revolução Francesa manifesta-se sua estrutura conceitual nos sistemas idealistas de Hegel, Fichte e Schelling, cujo idealismo foi considerado como a teoria da convulsão social francesa do século XVIII. O homem superou a sequência multissecular da opressão imposta pelas forças naturais e sociais, tornando-se o sujeito autônomo de seu próprio desenvolvimento.

Isto não quer dizer que os filósofos alemães idealistas elaboraram uma interpretação teórica da Revolução Francesa, mas construíram uma filosofia como resposta aos desafios oriundos da França, calcados na reorganização do Estado e da sociedade em bases racionais, apesar da acerba crítica ao terror implantado pelo Diretório. Consideram-na como a eclosão de uma nova era e associaram a seus princípios filosóficos os ideais dela provenientes.

Na visão dos sistemas idealistas, a Revolução abolira o absolutismo feudal, substituindo-o pelo sistema econômico e político da classe média que vinha ascendendo. A vitória revolucionária completara a Reforma alemã já iniciada.

O ideário da Revolução – liderada, fundamentalmente, por Danton, Marat e Robespierre – assentava-se nos processos do capitalismo industrial. A emergente produção industrial, fruto do desenvolvimento econômico, constituía o fundamento da razão. Os esforços históricos concretos para o estabelecimento de um tipo de sociedade racional haviam sido transpostos, na Alemanha, para o plano filosófico e transpareciam nos esforços para elaborar o conceito de razão.

Tal conceito está no cerne da filosofia de Hegel. Este afirma que o pensamento filosófico nada pressupõe além da razão, que a história trata da razão, e somente da razão. Essas afirmações não são compreensíveis, porém, se a razão for tomada como um puro conceito metafísico, pois a ideia que Hegel fazia da razão preservava, ainda que sob a forma idealística, os esforços materiais no sentido de uma vida livre e racional.

A divinização da razão por Robespierre, que a considerava como o *Être Suprême*, está correlacionada com a exaltação da Razão no sistema de Hegel. O núcleo da filosofia de Hegel é uma estrutura formada por conceitos – liberdade, sujeito, espírito, conceito – derivados da idéia de razão. A não ser que se aprenda com clareza o sentido de tais conceitos e sua intrínseca correlação, “o sistema de Hegel aparecerá como a obscura metafísica que de fato nunca foi.”

O conceito de razão de Hegel relaciona-se com a Revolução Francesa, apesar de seus excessos, pois ela havia exigido que nada fosse reconhecido como válido em uma Constituição que não estivesse de acordo com o direito da razão:

Ainda não se havia percebido, desde que o sol se fixara no firmamento, os planetas girando à sua volta, que a existência do homem tinha como centro sua cabeça, isto é, o pensamento, sob cuja inspiração se construiu o mundo da realidade. Anaxágoras foi o primeiro a dizer que o Nous governa o mundo; nunca, porém, até agora, atingira o homem a compreensão do princípio que afirma que o pensamento deve governar a realidade espiritual. Tal compreensão constituiu, pois, um glorioso alvorecer mental e espiritual. Todos os seres pensantes participam do júbilo desta época.

Governo do pensamento

Nada é razão que não resulte do pensar. O novo homem passa a organizar a realidade de conformidade com as exigências de seu pensamento racional livre, não mais se acomodando à ordem estabelecida e aos valores das classes dominantes, pois ele é um ser pensante e sua razão o capacita a reconhecer suas próprias possibilidades e as do mundo que o circundam. Ele não está à mercê dos fatos, pois é capaz de submetê-los a um critério mais elevado – ao critério da razão. A história é uma luta constante pela liberdade. A servidão e a desigualdade não podem continuar. Como corolário, a realidade “não racional” deve ser alterada até se ajustar à razão. Com a Revolução Francesa, para Hegel, proclamou-se o poder definitivo da razão sobre a realidade. O pensamento deve governar a realidade.

Como Robespierre, Hegel acredita no poder invencível da razão:

Esta faculdade que o homem pode considerar como sendo a que lhe é própria, elevada acima da morte e da destruição [...] é capaz de tomar decisões por si mesma. Ela se anuncia como razão. Seu legislar de nada depende, ela não pode buscar seus critérios em nenhuma outra autoridade, na terra ou nos céus.

Entretanto, no sistema de Hegel, a razão não pode governar a realidade senão quando esta se tenha tornado racional em si mesma. Por isso, com inteira pertinência, Marcuse lembra nesse ponto:

Esta racionalidade é possível pela erupção do sujeito no próprio conteúdo da natureza e da história. É esta concepção que Hegel resume na mais fundamental de suas sentenças, a saber, que o Ser é, na substância, um ‘sujeito’.

A ideia de “substância como sujeito” tem a realidade como um processo no seio do qual todo ser é a unificação de forças contraditórias. O sujeito é um modo de existência, isto é, uma unidade que se auto desenvolve em um processo contraditório,

“Hegel afirma que o pensamento filosófico nada pressupõe além da razão, que a história trata da razão, e somente da razão.”

pela revelação de suas intrínsecas contradições. Só o homem tem o poder de autorrealização, de autodeterminar-se em todos os processos do vir-a-ser, ao contrário de uma planta, que se desenvolve desde a semente mas não “compreende” seu desenvolvimento, ou ao reverso de uma pedra, que não se transforma a si mesma sob o poder da chuva e da picareta e está a depender, sem nenhuma compreensão, das imposições do exterior.

Só o homem tem o entendimento de suas potencialidades, de adaptação de sua existência às idéias da razão. Jaz aí a mais importante categoria da razão, qual seja, a liberdade. Ele, o homem, é o detentor único da razão que pressupõe a liberdade e por isso age de conformidade com a verdade. “O homem sabe o que ele é, e só isso é real. Razão e liberdade nada são sem este conhecimento.”

Se a liberdade é pressuposto da razão, ela também é a existência do sujeito. A razão é uma força objetiva e uma realidade objetiva porque os modos de existência são espécies de subjetividade e modos de realização.

Para Hegel, *a vida da razão aparece na luta contínua do homem para compreender o existente, transformando-o conforme a verdade compreendida. A razão, portanto, é essencialmente uma força histórica. Sua realização constitui um processo de mundo espaço-temporal e, em última análise, é a história total da humanidade. A palavra que designa a razão como história e Espírito (GEIST): o mundo histórico considerado em relação ao progresso racional da humanidade – o mundo histórico que não é uma cadeia de atos e acontecimentos, mas uma luta incessante para adaptar o mundo às crescentes potencialidades da humanidade.*

A razão modela a realidade, do contrário não há realidade racional. A realidade muda de sentido, segundo o sistema hegeliano. Portanto, o real não é tudo o que está aí. O real deve estar de acordo com os padrões da razão: o real é o racionalizável, o racional.

Empirismo X Idealismo

Se a filosofia evidencia a dignidade do homem, impõe-se sua reconciliação com a realidade. A radicalidade, pois, dos primeiros escritos de Hegel encontra respaldo na realidade histórica da Alemanha de seu tempo. Formada pela Áustria e Prússia, a Alemanha compunha-se de cerca de 300 territórios em que predominava a servidão, não havia jurisdição centralizada e a Corte Superior era palco de suborno, capricho e corrupção.

Nota-se, pois, no sistema hegeliano a grande tentativa do filósofo em fazer do pensamento o refúgio da razão e da liberdade, convertendo a filosofia em fator histórico e trazendo a história à filosofia.

A luta entre o empirismo inglês e o idealismo alemão não significava, a rigor, um choque entre duas escolas filosóficas diferentes, visto que a própria filosofia era o ponto fundamental da divergência. Por ser a filosofia que elabora os conceitos mais elevados e as idéias gerais que se prestam ao conhecimento do mundo e, como tal, conduzindo a experiência dos homens, com vistas ao domínio racional da natureza e da sociedade. A partir de Descartes, que anunciara uma filosofia prática para ajustar o pensamento ao progresso das técnicas modernas,

pela qual, por conhecer a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam [...] poderemos empregá-los em todos aqueles usos a que são apropriados, tornando-nos assim como que mestres e possuidores da natureza.

A realização sempre mais ampla desta tarefa dependia do estabelecimento de leis e conceitos cognitivos válidos universalmente. O domínio racional da natureza e da sociedade pressupunha o conhecimento da verdade, e a verdade era universal, em contraste com a aparência diversificada das coisas ou com sua forma imediata na percepção individual. Já os mais antigos esforços da epistemologia grega haviam sido animados pelo princípio de que a verdade é universal e contrária, pois, a experiência ordinária de mudança e acidente.

Esta concepção – que a verdade contraria os fatos comuns da experiência, e independente de indivíduos contingentes – perdurou por toda a época histórica em que a vida social do homem foi constituída por antagonismos entre indivíduos e grupos conflitantes. O universal foi hipostasiado, como numa reação filosófica ao fato de que, na história, tivessem prevalecido tão-somente os interesses individuais, enquanto que o interesse comum só se tivesse podido afirmar à revelia daqueles. O contraste entre o universal e o individual assumiu uma forma exacerbada quando, na era moderna, cresceu o clamor pela liberdade geral e sustentou-se que uma ordem social apropriada só se poderia efetivar pelo conhecimento e a atividade de indivíduos emancipados. Todos os homens haviam sido declarados livres e iguais. Todavia, ao agir de acordo com seu conhecimento e em função de seus interesses, os homens haviam criado e ex-

perimentado uma ordem de dependência, de injustiça e de crise periódicas. A competição geral entre sujeitos economicamente livres não havia estabelecido uma comunidade racional que pudesse salvaguardar e satisfazer as necessidades e os interesses de todos os homens. A vida dos homens foi sacrificada aos mecanismos de um sistema social que relacionara os indivíduos uns com os outros como compradores e vendedores isolados de mercadorias. Esta ausência de fato de uma comunidade racional era responsável pela busca filosófica de unidade (*Einheit*) e universalidade (*Allgemeinheit*).

Poderia, no entanto, a estrutura do raciocínio individual (a subjetividade) produzir leis e conceitos gerais que pudessem constituir os padrões universais da racionalidade? Seria possível construir-se uma ordem racional universal, fundada na autonomia do indivíduo? Ao responder afirmativamente a estas questões, o idealismo alemão visava a um princípio unificador que preservasse os ideais de uma sociedade individualística e não sucumbisse aos seus antagonismos. Os empiristas ingleses haviam demonstrado que nem sequer um único conceito ou a lei da razão poderia aspirar à universalidade, e que a unidade da razão era apenas uma unidade conferida pelo hábito ou pelo costume, unidade que aderiria aos fatos sem, jamais, os governar. Segundo os idealistas alemães, este ataque comprometia quaisquer esforços que se fizessem no sentido de impor ordem às formas estabelecidas de vida. A unidade e universalidade não poderiam ser encontradas na realidade empírica; não eram fatos.

Com efeito, o sistema idealista havia admitido as circunstâncias históricas, evidenciando-se tal pelo fato de haver vinculado a razão teórica à razão prática, em uma transição que se impunha entre o exame da consciência transcendental de Kant e a construção de uma sociedade plenamente unificada e regulada e, em Hegel, fundamentalmente, entre a idéia da razão e sua definição de Estado como “a união dos interesses comuns e individuais e, pois, como a realização da razão”.

Lado outro, os empiristas refutam as ideias gerais. Segundo Hume, as ideias gerais são abstraídas do particular e “representam o particular e apenas o particular e jamais poderiam fornecer regras ou princípios universais”. Confinando o homem aos limites do dado e eliminando a metafísica, a verdade não poderia divergir da ordem estabelecida, nem razão a poderia contrariar: “Não é a razão que guia a vida, mas o hábito.”

Marcuse sustenta que Kant adota o entendimento dos empiristas na Crítica da razão pura, pois, segundo o filósofo alemão, somente a experiência pode fornecer a matéria para os conceitos da razão, conquanto afirme que os empiristas não lograram demonstrar que a experiência determinasse por que meios e de que modo havia de se organizar a matéria empírica.

Hegel escreve que, não obstante, Kant não consegue invalidar os ataques empiristas, considerando que à filosofia se propunha restaurar a perdida unidade e totalidade em um período histórico de desintegração geral. Demais, expressa que

o caráter sistemático da filosofia constitui um produto de circunstância histórica. O homem só pode ser livre, realizando suas potencialidades, se o mundo estivesse dominado por uma vontade racional totalizadora e pelo conhecimento.

A filosofia hegeliana foi estigmatizada por seus adversários como uma filosofia negativa. Para Herbert Marcuse,

ela é, na sua origem, motivada pela convicção de que os fatos que aparecem ao senso comum como indícios positivos da verdade são, na realidade, a negação da verdade, tanto que esta só pode ser estabelecida pela destruição daqueles. A força que move o método dialético está nesta convicção crítica. A dialética está inteiramente ligada à ideia de que todas as formas do ser são perpassadas por uma negatividade essencial, e que esta negatividade determina seu conteúdo e movimento. A dialética constitui a oposição rigorosa a qualquer forma de positivismo. De Hume aos positivistas lógicos da atualidade, o princípio de tal filosofia tem sido o prestígio definitivo do fato, e seu método fundamental de verificação, a observação do dado imediato. O positivismo assumiu, em meados do século XIX, e principalmente em resposta às tendências destrutivas do racionalismo, a forma de uma ‘filosofia positiva’ que englobaria todo o saber, e que iria substituir a metafísica tradicional.

Ao reverso, Hegel sustenta que os fatos não detêm autoridade, pois eles são propostos (*gesetzt*) pelo sujeito que os mediatiza pelo processo de compreensão da sua evolução. Todo “dado” se justifica em face da razão. Assim, o idealismo hegeliano se apresenta pela negação do dado, mantendo a negatividade em todo seu desenvolvimento, culminando com a conclusão de que a História atingiu a realidade da razão. Os conceitos estruturados por seu pensamento encontram-se ainda ligados à organização social do sistema predominante, por isso que se pode concluir aqui que ele mantém os despojos da guerra revolucio-nária francesa. A filosofia, entretanto, atinge seu epílogo quando equaciona a visão de um mundo no seio do qual a razão se realiza. Justifica-se, portanto, a observação do autor de *Reason and revolution*:

“Só o homem tem o poder de autorrealização, de autodeterminar-se em todos os processos do vir-a-ser.”

“O contraste entre o universal e o individual assumiu uma forma exacerbada quando, na era moderna, cresceu o clamor pela liberdade geral.”

A verdade exigiria então a prática histórica real para realizar o ideal; ao deixar este de lado, a filosofia renuncia à sua tarefa crítica, transferindo-a a uma outra força. O ápice da filosofia é, pois, ao mesmo tempo sua renúncia.

Filosofia, história e política

Da análise da imensa obra filosófica de Hegel tira-se a conclusão de que seus escritos devem ser compreendidos sob o prisma filosófico, histórico e político, estruturados em cinco estágios diversos de desenvolvimento, com o registro de que este processo de relacionar conclusões filosóficas à realidade política e social teve início em 1798 com seus estudos históricos e políticos. Em 1802 escreveu *Die Verfassung Deutschlands* e em 1831 o estudo sobre o *Reform Bill Bretão*, um projeto de reforma eleitoral aprovado pelo Parlamento inglês em 1832.

Não se deve esquecer, mais uma vez, de que o fato que assinala historicamente o começo da contemporaneidade é a Revolução Francesa, cujo estopim, lembrado por Marcelo Campos Galuppo, “foi a convocação real dos estudos gerais por categorias, e não por cabeças” (Manfred, 1986:61 e 65).

Uma observação: o presente estudo abre-se, primeiramente, com um resumo da estrutura do sistema de Hegel, levando em conta que da filosofia hegeliana aproximaram-se as mais diversas evoluções do pensamento europeu, inclusive a teoria marxista, e, ainda, com desdobramentos mal delineados, a filosofia positiva do Estado, o neo-idealismo inglês, a revisão da dialética, o chamado hegelianismo fascista e, inclusive, o nacional-socialismo alemão, com a observação de Schmitt de que no dia em que Hitler assumiu o poder “Hegel, por assim dizer, morreu.”

“Há em Hegel uma ampla visão do âmbito das idéias e movimentos progressistas. Ele atribuiu ao espírito racional americano papel decisivo na luta por uma ordem de vida adequada e se referiu “à vitória de uma racionalidade futura e intensamente vital da nação americana”. Conhecendo muito melhor do que seus críticos as forças que ameaçam a liberdade e a razão, e reconhecendo que tais forças estavam vinculadas ao sistema social em que se fixara a Europa, daquele continente Hegel nos olhava como a única terra do futuro.

A ideia de uma nova forma de Razão e Liberdade apregoada pelo idealismo dialético e pelo materialismo pode parecer uma utopia. O triunfo das forças reacionárias e conservadoras não desfigura a utopia sonhada. A libertação definitiva do indivíduo – constituidora do conteúdo histórico e que mobilizou seus adversários – parece demonstrar a realidade dessa possibilidade de libertação.

Não obstante, a contribuição da filosofia de Hegel para o estudo do Direito contemporâneo e para a constituição de um Estado racional, com a introdução da história na filosofia, enfim, com a Razão na história, fazem dele um dos maiores pensadores de todos os tempos.

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINAIS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

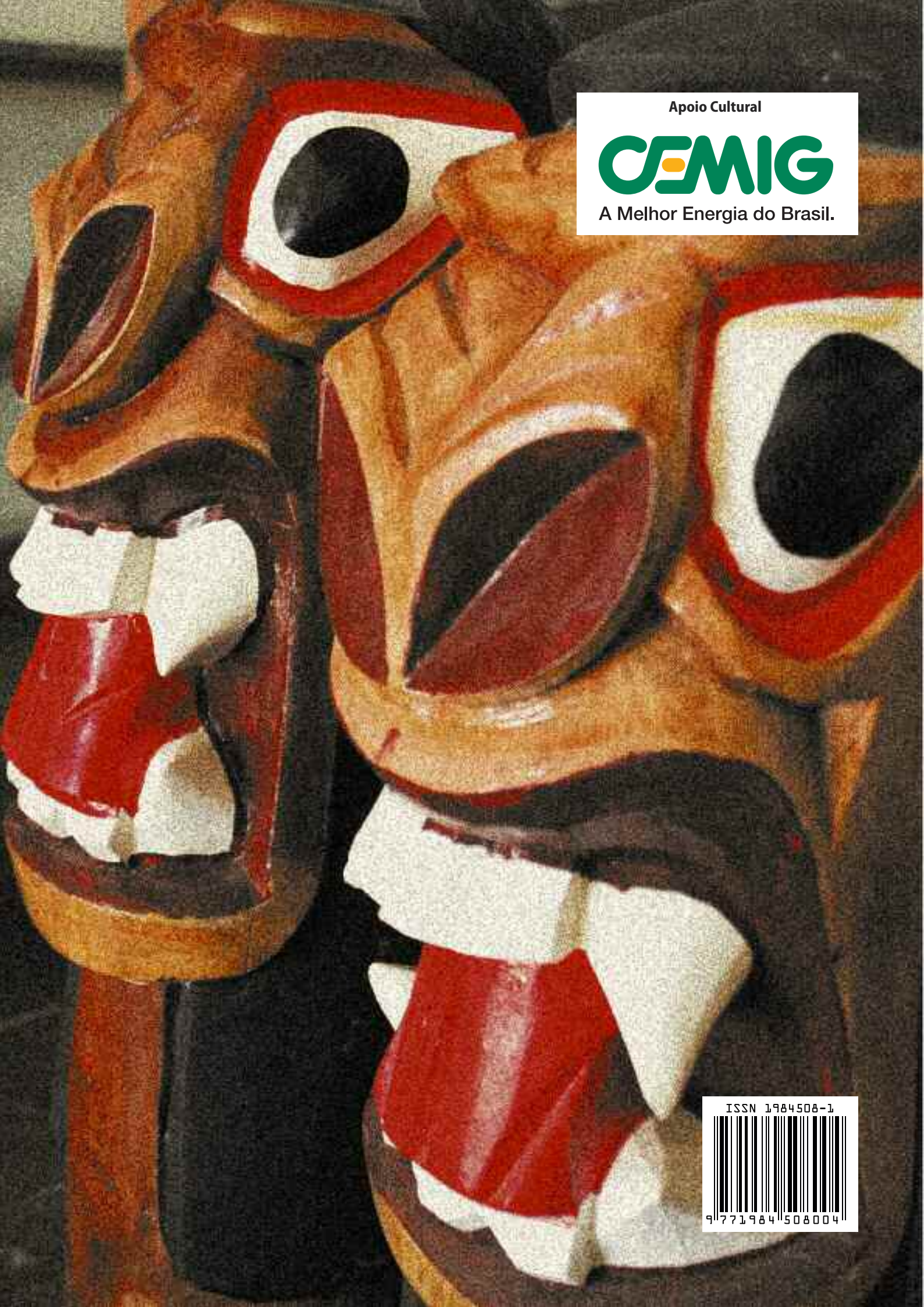
Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.



Ciente de seu papel social, a AMAGIS também se preocupa com a preservação do meio ambiente: esta revista foi impressa em papel reciclado (70% pré-consumo, 30% pós-consumo).

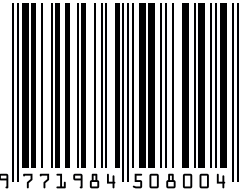


Apoio Cultural

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

ISSN 1984508-1



9 771984 508004